



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

MARIA FABIOLA DE MORAIS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSTA DE
SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA MARTA MARIA GIFFONI DE SOUSA EM ACARAÚ-CE**

Parnaíba - PI

2024

MARIA FABÍOLA DE MORAIS

**O PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSTA
DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA MARTA MARIA GIFFONI DE SOUSA EM ACARAÚ-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof. Dra. Francisca Raquel da Costa

Parnaíba – PI

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Morais, Maria Fabíola de

M827p Práticas pedagógicas inclusivas na educação física: uma proposta de sequência didática para o curso de administração da Escola Profissional e Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú - CE/ Maria Fabíola de Moraes. - Parnaíba - PI, 2024.

100 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Parnaíba, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Raquel da Costa.

1. PROFEPT. 2. Inclusão. 3. Educação física. 4. Escola.
5. Sociedade. 6. Convivência. I. Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Isabel dos Santos Lima CRB 3/1060

MARIA FABÍOLA DE MORAIS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA
PROPOSTA DE SEQUENCIA DIDÁTICA PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
DA ESCOLA PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA MARTA MARIA GIFFONI DE
SOUSA EM ACARAÚ-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof. Dra. Francisca Raquel da Costa

Aprovado em 03 de Maio de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente:
 FRANCISCA RAQUEL DA COSTA
Data: 28/08/2024 12:17:35 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof (a). Dr (a). Francisca Raquel da Costa

Instituto Federal do Piauí- IFPI

Orientadora

Documento assinado digitalmente:
 RICARDO BASÍLIO DE OLIVEIRA CALAND
Data: 28/08/2024 20:43:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Basílio de Oliveira Caland (IFPI)

Documento assinado digitalmente:
 EMANOELA MOREIRA MACIEL
Data: 28/08/2024 12:30:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Emanoela Moreira Maciel (PROFEPT/IFPI)

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação, oriunda da minha pesquisa de mestrado, aos profissionais de Educação Física e especialmente a um grande amigo, João Delino de Sousa, grande incentivador e parceiro em todo o processo e pela troca na construção desse trabalho. A todas as pessoas que sofreram e sofrem no processo de inclusão diariamente, não somente no ambiente escolar, mas em todos os ambientes sociais, em que diariamente enfrentam barreiras que precisam ser superadas e que não se calam mediante as dificuldades, mas se mostram verdadeiros guerreiros e guerreiras na luta por uma sociedade mais justa e fraterna, na qual todos sejam acolhidos e não escolhidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial a Deus, por mais uma oportunidade de aprender e contribuir com minha disciplina e por não me deixar desistir diante dos percalços e dificuldades enfrentadas em todo esse processo. Além disso, externo minha gratidão aos alunos e alunas que contribuíram para o enriquecimento do meu trabalho e pela oportunidade de aprendizagem diária. A todos os professores do mestrado, em especial a minha orientadora professora Dra. Francisca Raquel da Costa, por toda orientação, paciência em todos os momentos de aprendizagem e construção.

Inclusão não é colocar um aluno especial juntos com os demais, mas sim incluir o mesmo à turma sem medir seus limites. Suas limitações não definem sua capacidade de desenvolvimento. Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos.

Fernando Castellari

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo Investigar como a disciplina de Educação Física está contribuindo para promoção da inclusão na EPT na Escola Marta Maria Giffoni Acaraú — Ceará. O marco teórico desta Dissertação contextualiza-se a Disciplina de Educação Física na Educação Profissional e Tecnológica; Educação Inclusiva no Brasil: um breve contexto histórico; Educação Inclusiva na Educação Física; Educação Profissional e Tecnológica: panorama histórico/legal e marcos legais para o processo inclusivo na rede Estadual do Ceará; Educação inclusiva no Ceará: orientações para o atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ceará; Aprendizagem dos Estudantes na Educação Inclusiva; Procedimentos e orientações para garantir a matrícula, acesso e permanência na EE; Currículo e planejamento nas EEEPs; Avaliação da aprendizagem na EEEs. Quanto à metodologia, pode-se afirmar que a pesquisa justifica-se como qualitativa, tendo a pesquisa-ação (Thiollent) como metodologia, os resultados obtidos na pesquisa foram analisados a partir da Análise do Discurso de Bardin (1977), tendo como principal forma de coletas de dados a aplicação de entrevistas semi-estruturadas aplicadas no preâmbulo e no final do trabalho. Quanto à escolha dos participantes, foram convidados do Curso de Administração da EEEP Marta Maria Giffone, na cidade de Acaraú, com um quantitativo de 42 alunos e 01 professor do 1º ano. Após análise dos dados e diálogos dos participantes, concluiu-se que a Disciplina de Educação Física é uma importante ferramenta de inclusão no ambiente escolar e social, no entanto, para que isso aconteça, realmente, ainda é imprescindível que ações de cunho pedagógico sejam realizadas, além do desenvolvimento de competências emocionais e sociais indispensáveis à garantia de direitos de todas as pessoas, independente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Ainda como resultado da pesquisa, apresentou-se como sugestão metodológica uma sequência didática denominada “CONSTRUINDO PONTE: uma Jornada pela Inclusão nas Aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado” que se apresenta como uma possibilidade metodológica de reflexão sobre o papel da educação física na luta pela inclusão. Afinal, entendemos que tanto as escolas, professores, alunos e a sociedade, devem vivenciar a inclusão no cotidiano e não apenas no discurso. A área de concentração vem representada pelo ensino, com a linha de pesquisa, organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Profept; Inclusão; Educação Física; Escola; Sociedade; Convivência.

ABSTRACT

The present study aims to investigate how the Physical Education discipline is contributing to promoting inclusion in EPT at Escola Marta Maria Giffoni Acaraú — Ceará. The theoretical framework of this Dissertation contextualizes the Discipline of Physical Education in Professional and Technological Education; Inclusive Education in Brazil: a brief historical context; Inclusive Education in Physical Education; Professional and Technological Education: historical/legal overview and legal frameworks for the inclusive process in the Ceará State network; Inclusive education in Ceará: guidelines for serving target students in Special Education in Ceará; Student Learning in Inclusive Education; Procedures and guidelines to ensure enrollment, access and permanence in EE; Curriculum and planning in EEEPs; Assessment of. Regarding the methodology, it can be stated that the research is justified as qualitative, with action research (Thiollent) as methodology, the results obtained in the research were analyzed based on Bardin's Discourse Analysis (1977), with the main way of collecting data the application of semi-structured interviews applied in the preamble and at the end of the work. Regarding the choice of participants, they were invited from the EEEP Administration Course Marta Maria Giffone, in the city of Acaraú, with a total of 42 students and 01 1st year teacher. After analyzing the data and dialogues of the participants, it was concluded that the Physical Education Discipline is an important tool for inclusion in the school and social environment, however, for this to really happen, it is still essential that pedagogical actions are carried out, in addition to the development of emotional and social skills essential to guaranteeing the rights of all people, regardless of their physical, cognitive or social conditions. Still as a result of the research, a didactic sequence called "BUILDING BRIDGE: a Journey for Inclusion in Physical Education Classes in Integrated High School" was presented as a methodological suggestion, which presents itself as a methodological possibility of reflection on the role of physical education in fight for inclusion. After all, we understand that schools, teachers, students and society must experience inclusion in everyday life and not just in speech. The area of concentration is represented by teaching, with the line of research, organization and memories of pedagogical spaces in Professional and Technological Education.

Keywords: Inclusion; Physical education; School; Society; Coexistence.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CDESC - Célula de Diversidade e Inclusão Educacional, da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola

CODIN - Coordenadoria de Diversidade e Inclusão Educacional

COEDP - Coordenadoria de Educação Profissional

COETI - Coordenadoria de Educação de Tempo Integral

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

EE - Educação Especial

IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PROFEPT - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SD- Sequência Didática

TT - Temas Transversais

SEDUC - Secretaria da Educação do Estado do Ceará

SIGE – Sistema Integrado de Gestão Escolar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 A Disciplina de Educação Física na Educação Profissional e Tecnológica.....	14
2.2 Educação Inclusiva no Brasil: um breve contexto histórico.....	20
2.2.1 Educação Inclusiva na Educação Física.....	24
2.3 Educação Profissional e Tecnológica: panorama histórico/legal e marcos legais para o processo inclusivo na rede Estadual do Ceará.....	29
2.4. Educação inclusiva no Ceará: orientações para o atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ceará.....	31
2.4.1 Aprendizagem dos Estudantes na Educação Inclusiva.....	33
2.4.2 Procedimentos e orientações para garantir a matrícula, acesso e permanência na EE.....	35
2.4.3 Currículo e planejamento nas EEEPs.....	36
2.4.4 Avaliação da aprendizagem na EEEs.....	37
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3.1 Caracterização da pesquisa.....	38
3.2 Campo da pesquisa e descrição dos participantes.....	42
3.3 Análise dos dados.....	45
4. PRODUTO EDUCACIONAL.....	46
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	46
5.1 análise entrevistas inicial alunos.....	46
5.2 Análise entrevista professor.....	56
5.3 Descrição do Produto Educacional por encontros	60
5. 4 - Análise entrevista Final alunos.....	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
7. REFERÊNCIAS.....	82
APÊNCICES.....	91
APÊNCICE A - Termo de Confidencialidade.....	92
APÊNCICE B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido –TALE	93
APÊNCICE C - Termo de Consentimento livre E Esclarecido - TCLE.....	96
APÊNCICE D - Entrevista Incial- Alunos.....	99
APÊNCICE E - Entrevista- Professor	100
APÊNCICE F - Entrevista Final – Alunos.....	101

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade não se deu de forma rápida. Historicamente, observa-se uma negação dos direitos da pessoa com deficiência quanto a seu processo de inclusão. Outrossim, ao longo da história, encontramos períodos distintos no tratamento da pessoa com deficiência: exclusão, segregação, integração e inclusão, e cada um desses momentos refletem o intervalo histórico com suas características e particularidades. A educação da pessoa com deficiência também é marcada por esses mesmos períodos, já que a escola reflete a própria visão da sociedade em que está inserida.

Nesse sentido, a disciplina de educação física, apresenta-se, também, como reprodutora desse cenário excludente da pessoa com deficiência em vários momentos. Ao adotar, por exemplo, abordagens que privilegiavam estereótipos que fortalecem um modelo padrão de corpo, como a abordagem higienista que data de até 1930, a qual defendia que a função da educação física era a promoção da saúde, e, mesmo assim, os doentes eram dispensados da realização de atividades físicas. Outro período marcante foi o militarismo que ocorreu no período de 1930 até 1945.

A escolha pela temática surgiu de diferentes formas, influenciada por aspectos de cunho pessoal, social e científico. Sendo uma mulher de baixa renda, de cor parda, sempre encontrei desafios para realizar meus sonhos e objetivos, seja no campo profissional ou pessoal. Este fato me aproxima de outras classes minoritárias, que buscam por vez e voz em uma sociedade marcada pela marginalização social.

A motivação para esta pesquisa nasce primeiramente de um anseio pessoal motivado pela minha formação acadêmica em Educação Física, a qual propocionou-me a compreensão e o desafio de não criar limites para corpo humano, mas sim possibilidades de movimento. E em segundo lugar pela minha vivência profissional, a qual, ao longo dos anos, presentiu-me e desafiou-me ao colocar em minhas aulas alunos com deficiência.

Confesso que por muitas vezes me senti incapaz, despreparada para contribuir com a formação dessas crianças e adolescentes. Mesmo sabendo de minhas responsabilidades docentes, sentia-me incapaz de ações pedagógicas eficientes para efetivação do processo de inclusão.

Dessa forma, a escolha do tema de estudo, a educação inclusiva, tendo como pano de fundo as práticas pedagógicas da disciplina de Educação Física na EPT na perspectiva para formação omnilateral/integral, torna-se um grande desafio pessoal e uma necessidade social e científica que agora podem ser sanadas tanto com as aulas que tenho no mestrado em educação profissional, quanto com a pesquisa e produto construído e aplicado.

O presente estudo tem por objetivo investigar como a disciplina de Educação Física está contribuindo para promoção da inclusão na EPT na Escola Marta Maria Giffoni Acaraú — Ceará. E ainda desenvolver os seguintes objetivos específicos: Analisar as percepções dos docentes e discentes sobre o processo de inclusão desenvolvido na disciplina de Educação Física; Identificar as práticas inclusivas utilizadas nas aulas de Educação física; Caracterizar como a temática da inclusão é discutida nos documentos oficiais e produção científica existente que circundam a Educação Profissional e Tecnológica; Desenvolver e aplicar uma sequência didática que possibilite a melhoria das práticas educativas inclusivas junto à disciplina de Educação Física.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT acendeu a luz que precisava para responder a esses antigos questionamentos sobre a inclusão nas aulas de Educação Física, na EEEP Marta Maria Giffoni de Sousa, lócus da pesquisa.

Sendo que este trabalho se insere na linha de pesquisa Práticas Pedagógicas em EPT que, por meio de macroprojeto 2, o qual tem por objetivo estudar a Inclusão e diversidade em espaços pedagógicos formais na EPT e irá investigar a possível relação entre as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física na busca pela inclusão total dos alunos nas aulas propostas, assim como de uma formação unilateral/integral.

Enquanto professora e pesquisadora, busco nos questionamentos se não é possível ensinar e adaptar a ação pedagógica nas aulas de Educação Física, incorporando a metodologia que contemple a todos, no desenvolvimento prático reflexivo das temáticas propostas, de acordo com sua grade curricular, conteúdo específico, assim como os temas transversais nos todos possam participar de forma dinâmica e integral.

O marco teórico que embasa esta Dissertação é apresentado ao longo dos capítulos dois, nos quais contextualiza-se a Disciplina de Educação Física na

Educação Profissional e Tecnológica; Educação Inclusiva no Brasil: um breve contexto histórico; Educação Inclusiva na Educação Física; Educação Profissional e Tecnológica: panorama histórico/legal e marcos legais para o processo inclusivo na rede Estadual do Ceará; Educação inclusiva no Ceará: orientações para o atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ceará; Aprendizagem dos Estudantes na Educação Inclusiva; Procedimentos e orientações para garantir a matrícula, acesso e permanência na EE; Currículo e planejamento nas EEEPs; Avaliação da aprendizagem na EEEs

No capítulo três, é descrito o desenho metodológico em que está debruçada essa pesquisa, que é o da abordagem qualitativa e, como procedimento metodológico. Os capítulos seis e sete são dedicados à aproximação do campo e suas aprendizagens. Em seguida, apresenta-se as considerações transitórias que, de alguma forma, possibilitem uma construção de conhecimento, que possa colaborar com o debate da Inclusão Escolar. Logo após, apresentam-se as referências bibliográficas que compuseram essa construção.

Diante desse contexto, acreditamos que o melhor atendimento ao aluno com deficiência e demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas e práticas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno. Uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Disciplina de Educação Física ao longo da história

A Educação Profissional no Brasil tem sua origem numa perspectiva assistencialista, buscando atender a quem não tinha condições sociais favoráveis. No século XX, a educação profissional teve como foco a preparação de mão de obra para o exercício profissional. Já em 1910, Nilo Peçanha inaugura 19 Escolas de Aprendizizes Artífices nas capitais brasileiras destinadas ao ensino profissional, as quais, posteriormente, foram ampliadas para o atendimento de empreendimentos agrícolas e das indústrias (RAMOS, 2014).

Essas escolas tinham como objetivo inserir a classe operária à modernidade urbana, e deveriam impedir o ócio e despertar o amor pelo trabalho, convencendo a classe operária a ser útil à sociedade pelo aprendizado profissional e assim os jovens teriam sua moral reformada. Mas, essa transformação não deveria jamais ser entendida como forma de mudar o status social. Os professores deveriam apenas ensinar os detalhes do ofício, cumprir carga horária das atividades, das aulas, mantendo sempre a disciplina e os preceitos morais (SANTOS, 2020).

Em 1914, Paulo Ildefonso d'Assumpção, diretor da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná, defendia a formação manual, possibilitando aos jovens sua ida para o interior do Estado ou para as pequenas empresas da capital. Nesse contexto, a Educação Física para a formação manual era considerada como um componente importante, por efetuar a educação intelectual, moral e social.

A Educação Física tinha a função de preparar o corpo, beneficiando as faculdades intelectuais e morais. Era defendido que a Educação Física contribuiria para ter jovens saudáveis e sendo assim existiria uma sociedade sem indivíduos fracos, mas sim teríamos uma nação forte e sadia para atuar no mundo do trabalho (PANDINI, 2006).

Na década de 1930, devido às mudanças ocorridas na política, na educação e na economia, algumas mudanças ocorreram também na Educação Física na era Vargas, tornou-se uma ferramenta de difusão e organização de práticas, que buscavam um corpo perfeito, forte, saudável e equilibrado, pronto para o mercado do trabalho.

A Educação Física, dentro do processo de industrialização e urbanização,

teria que fortalecer o trabalhador e desenvolver o espírito de cooperação (LIMA, 2005), com o objetivo de atender às demandas das fábricas. Na era Vargas, a educação do corpo esteve sempre voltada à produtividade, um corpo visto como uma máquina e treinado para o trabalho. Cada cidadão era convidado a dar sua vida por um bem maior, a salvação da pátria (SANTIAGO e SILVA, 2017).

A reforma de Capanema implementada em 1942 trata da educação secundária das mulheres, que era voltada para a disciplina de economia doméstica, voltada para trabalhar sua missão dentro de casa exclusivamente (MALULY e JÚNIOR, 2018), portanto, essa classe não participava das aulas de Educação Física, somente das disciplinas que a qualificava para executar serviços na área doméstica.

Já no período da Ditadura Militar a Educação Física escolar tinha como objetivo principal o desenvolvimento da aptidão física, valores éticos e valores cívicos (DE CASTRO, 2017), nesse período as aulas eram voltadas para o bom desempenho físico dos alunos, em que os estudantes iriam servir a pátria e havia a exigências de serem homens fortes para o combate e para a mão de obra, exigida no período.

Em 1972 ocorreu o primeiro registro do professor de Educação Física, em uma análise de documentos da Escola Profissionalizante de Porto Alegre, tendo no seu diário de classe como conteúdo ministrado um exame biométrico, teste de Cooper, diversos tipos de ginástica (estética, calistenia e moderna), vôleibol e atividades teóricas (em dias de chuva), (SILVA e FRAGA, 2014), ou seja, conteúdos meramente práticos e bem seletivos.

As aulas nesse período eram voltadas apenas para a prática o homem, era visto como um combatente de guerra e a formação integral proporcionada pela Educação Física, tratava-se em preparar o sujeito para a guerra, em que ignorava qualquer papel educacional (SANTOS e BRANDÃO, 2018; PINTO et al. 2019).

Segundo Santos e Brandão (2018) o esporte passou a ser considerado o principal conteúdo nas aulas de Educação Física, tendo como objetivo o rendimento, com foco na aptidão e na formação de atletas. A Educação Física passou a ser sinônimo de esporte, sendo utilizado para desfocar de qualquer discussão política. Na copa do mundo de 1970, a Educação Física foi usada para servir o nacionalismo, difundindo a ideia de uma população jovem e saudável pronta para defender a pátria. Esse modelo, porém, entra em crise, pois não priorizava a educação por uma prática pedagógica, estava apenas interessada em manter a população distante de

qualquer pensamento contrário ao regime (TEIXEIRA, 2018).

Em 1978, com a Carta Internacional da Educação Física e Desportos publicada pela UNESCO, tanto o esporte como a Educação Física, foram estabelecidos como direitos dos cidadãos. O esporte visava apenas rendimento, destinado somente para atletas. Essa visão do esporte enquanto direito de todos e dever do Estado, encontra-se na Constituição Federal de 1988, legitima e reconhece a importância da prática esportiva, todavia orienta que as práticas esportivas sejam tratadas de forma diferenciada, a saber o desporto profissional e o desporto não profissional. Essa compreensão do esporte é sem sombra de dúvidas um passo importantíssimo para a democratização do esporte e pela busca de outras dimensões esportivas, dentre elas a dimensão social.

Esse novo olhar do esporte sugerido pela Constituição é esclarecido e materializado através da lei 9615 de 1998, conhecida como Lei Pelé, que se tornou um marco importante para o processo de inclusão, apresenta em seu Artigo 3 as dimensões do esporte, sendo elas: educacional, participação, rendimento e educacional.

O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações: I – Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; II – Desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. IV - Desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

A primeira dimensão esporte-educação, segundo MAIA (2010), tem como função educar os discentes, instruindo-os à cidadania, não trazendo uma preocupação exagerada com resultados/vitórias em que há uma democratização do movimento, todos participando, sem discriminação, buscando através dessa prática a formação ampla do indivíduo.

A segunda dimensão esporte-participação é uma prática comum a toda população encontrada nos mais variados lugares e espaços, como: parques, praias,

quadras e ruas. Considera-se uma prática livre, sem buscar resultados, algo que fortalece os laços sociais, em que as regras são dispensáveis e podemos trabalhar e desenvolver o espírito de equipe (VASCONCELOS, 2007).

O esporte-performance ou esporte de alto rendimento, objetiva a vitória, o êxito. Uma prática para os mais habilidosos, destinada aos talentos esportivos (TRIANI et al., 2016). Nesse sentido, o esporte é seletivo, segrega e elimina os menos habilidosos, buscando trabalhar apenas com os atletas que darão retorno, colocando o país no lugar mais alto do topo, é a busca pela perfeição naquela modalidade a qual o atleta faz sua representação.

Na década de 1980, a Educação Física ainda tinha características adotadas pela ditadura militar e nessa circunstância, algumas críticas foram tecidas e o objetivo escolar da disciplina foi contestado, iniciando uma nova concepção ligada às dimensões humanas, as quais começaram a se destacar fortemente. As concepções buscavam interromper com os modelos trabalhados nas décadas anteriores como o tradicional, tecnicista e esportista (DE CASTRO, 2017). Nesse período ficou marcado como oposição a biologização da Educação Física, assim como, críticas diversas aos conteúdos esportivos (SOARES, 2012).

Na década de 1990, no cenário pedagógico, ocorre a criação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), um documento que orienta o professor na forma de como trabalhar os conteúdos em cada disciplina. O ensino não seria mais mecanizado, o objetivo não era mais memorizar (BRIGHENTE e MESQUIDA, 2016). Já o modelo metodológico o qual Paulo Freire (1986) chama de educação bancária, baseava-se na transmissão de conhecimentos, por parte do professor, desconsiderando as vivências e práticas sociais dos docentes e dessa forma ofertando uma educação desconexa à realidade do discente.

Os PCNs, com seus conceitos e princípios, juntam-se aos temas transversais (TTs), que surgem para tratar assuntos do dia a dia do aluno, mostrando a importância do debate para a formação dos discentes, tratam de valores pertinentes à sociedade tais como: saúde; ética; meio ambiente; Pluralidade Cultural; Orientação Sexual; Trabalho e Consumo (DE MATOS et al., 2019). Os Temas Transversais ligam os conteúdos escolares à realidade da sociedade, tornando o ensino mais humanizado e promovem a criticidade dos alunos em relação a sua realidade. Todas as disciplinas que fazem parte dos PCNs devem trabalhar com os TT e a Educação Física faz parte desse meio (OLIVEIRA et al., 2016).

Baseado nesse contexto, a Educação Física escolar passou a ter como função levar a oportunidade aos alunos o ensino do jogo, do esporte, das lutas, das danças, das ginásticas e de outras formas de manifestações corporais que constituem a cultura corporal (HENKELL e ILHA, 2016). A partir da cultura corporal o aluno é capaz de aprender as modalidades dentro dos princípios culturais, simbólicos, de perspectivas críticas, de lazer e de saúde, O aluno passa a se socializar com os colegas, reconhecendo os valores trabalhados em cada prática (DARIDO, 2012).

A cultura corporal é definida, historicamente, e produzida pela humanidade, sendo entendida como jogos, lutas, ginásticas, danças, esportes, dentre outros. Sendo que essa cultura deve ser transmitida aos alunos nas aulas de Educação Física escolar, contribuindo assim na formação de valores e identidade (DA OLIO, 2018). Sendo assim, entendemos que todas essas temáticas devem ser desenvolvidas e trabalhadas nas aulas de Educação Física escolar, utilizando-se de diversas estratégias para que haja construção de conhecimento e participação de todos os alunos no desenvolvimento das aulas.

Ao aluno, deve ter a possibilidade de comunicação, nas suas diversas formas de expressão dos seus sentimentos e emoções. Localizando em cada manifestação da cultura corporal os benefícios e possibilidades para que o aluno desenvolva suas potencialidades (GONÇALVES, 2012), indo ao encontro do modelo educacional proposto Gramsci ao propor a educação integral. Com isso, a Educação Física escolar deixa de ser somente a ciência biológica como área dominante e passa a incluir as ciências humanas e sociais, ela não deve priorizar somente a técnica, o movimento, ou apenas um comportamento motor, mas sim contribuir na formação integral do aluno. (SALOMÃO, 2016; DE MATOS et al., 2019) e dessa forma romper com a dicotomia historicamente inserida, que separa corpo e mente como elementos que não se comunicam ou se completam. Em outras palavras, observa-se que ao longo do percurso da disciplina há presente um dualismo separando o fazer do conhecer e na construção de um novo ser e de uma nova sociedade, porém, o caminho é justamente o inverso.

A Educação Física está além do ensino das atividades corporais, não se trata apenas do ensino do movimento pelo movimento, ou a reprodução do esporte no ambiente escolar, acredita-se que ela passa a contribuir com a formação cidadã do aluno. (SOARES et al., 2019) além de desenvolver, nos alunos, a criticidade, o

reconhecimento de seu corpo, para além do seu físico, tornando-o agente de seu desenvolvimento físico, mental e social.

Em 2017, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que desde sua origem foi alvo de debates, críticas, questionamentos, pois busca uma formação integral e segundo Nascimento et al., (2019), a Educação Física é redefinida como de suma importância para o desenvolvimento das competências propostas para a formação integral, destacando-se para a contribuição do desenvolvimento das competências socioemocionais.

Silva (2019) concorda que as emoções têm uma característica transversal, e devem ser trabalhadas em todas as disciplinas da educação básica. No currículo escolar, a Educação Física destaca-se ao levar em consideração as dimensões, processual, histórica e política.

Para SAYÃO (2019) “é uma construção histórica, contingente, sujeita a lutas por hegemonias que, muitas vezes, têm a pretensão de serem reconhecidas como verdades absolutas, mas que não são”. Ao analisar o desenvolvimento, compreensão e domínio das emoções, a disciplina de Educação Física torna-se um campo fértil para que ela seja trabalhada, pois durante a prática de atividade física o ser humano vivencia diferentes emoções como: alegrias, tristezas, ansiedade, nostalgia entre outras e em diferentes contextos sociais.

Ao refletirmos sobre a construção histórica da educação, pode-se inferir algumas conclusões tais como a utilização histórica como forma de controle social e reprodutora dos ideais capitalistas, marcada pela dicotomia que separa corpo e mente, metodologia sustentada através do tradicionalismo e tecnicismo, que negam ao aluno uma formação integral e não comprometidas com a formação humana e cidadã, portanto uma educação hegemônica.

Porém, paralelo a esse contexto existem movimentos contra hegemônicos, que buscam e lutam por uma formação que faça o aluno repensar sua realidade e agir sobre ela, e advoga-se, nesse texto, que o caminho é o ensino omnilateral e integral. Nesse sentido, a criação dos Institutos Federais, os quais são comprometidos com esse modelo de educação integral, que une a formação acadêmica com a do trabalho, assumem papel de destaque e protagonismo. E por consequência a Educação Física não fica restrita apenas para técnicos ao mercado de trabalho, mas a um conjunto que integra ciência, cultura e tecnologia. A educação profissional e tecnológica afeta o sentido dado para a Educação Física (SAYÃO,

2019).

Uma educação profissional que tenha como pressuposto uma formação crítica, trabalho como princípio educativo, fundamentada na educação politécnica e formação humana integral. Relaciona-se junto a sua teoria e prática para se construir o conhecimento, assim como, guiar para uma formação unilateral, neste contexto a Educação Física contribui fundamentalmente para uma formação humana, integral e omnilateral.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A Educação Especial no Brasil, durante muito tempo, foi definida como assistência dada aos alunos com deficiência. O processo educativo, na visão de muitos, era considerado inviável e até mesmo impossível. O que acontecia era apenas um atendimento clínico e essas pessoas não eram vistas como cidadãos possuidoras de direitos a serem garantidos. O fato do desconhecimento sobre as deficiências fez com esses sujeitos fossem marginalizados e impedidos de terem uma vida social e de até mesmo se comunicarem.

Na década de 1970, o modelo de integração do sistema brasileiro de ensino era baseado na integração. Os estudantes seguiam o mesmo método pedagógico, com avaliações iguais e avançavam no mesmo ritmo, pois a escola sempre tinha o mesmo planejamento para todos, sem se preocupar com as diferenças que existiam entre os estudantes. Os alunos que não se enquadram nesses padrões eram considerados deficientes e encaminhados para escolas e salas especiais.

Muitas deficiências eram listadas pela medicina como defeitos e não como características distintas apresentadas pelos estudantes, mediante isso ocorreram muitos questionamentos, sobre esse modelo discriminador e os alunos deixaram de ser vistos como problemas meramente pessoais, passando então, a reconhecer a falta de empenho e interesse das escolas em atender as necessidades que cada estudante apresenta e que traz consigo na sua bagagem e que precisa ser repensada, para melhor contribuir com o processo de ensino aprendizagem.

Esse debate nos remete ao significado pedagógico e democrático de um modelo tradicional de ensino, que começou a ser substituído nos anos 90, na busca pela proposta de uma educação de caráter inclusivo. Nessa nova proposta de ensino, os alunos com e sem deficiência devem conviver nas mesmas escolas e

salas, aprendendo com suas diferenças e individualidades, aprendendo no seu tempo e se desenvolvendo de acordo com suas potencialidades, sempre sendo respeitadas suas limitações e sendo despertadas dentro do processo contínuo de ensino e aprendizagem.

Acerca da história da Educação Inclusiva no Brasil, há muito o que ser discutido e questionado, pois nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 80, muito se tem debatido sobre um sistema educacional inclusivo. Uma educação inclusiva de qualidade para todos inclui, entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, sobretudo, na valorização das diferenças.

Existem diferentes tipos de deficiência, cada uma com sua particularidade e necessidade específicas, por isso, antes de adentrarmos no contexto histórico brasileiro da pessoa com deficiência, acredita-se que é necessário apresentar essa classificação. No quadro 1 está categorizado cada tipo de deficiência com suas respectivas definições e alguns exemplos.

Quadro 1 - Informações sobre cada tipo de deficiência

Físico-motoras	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmento do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física	Paralisia cerebral Lesão medular Nanismo Amputação, etc.
Sensoriais	São caracterizadas por problemas de ordem sensorial	Deficiência visual Deficiência auditiva
Intelectuais	Incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comprometimento adaptativo, sendo diagnosticada antes dos 18 anos de idade	Síndrome de Williams Síndrome de Turner Síndrome de Down etc.
Múltiplas	É a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente - deficiência intelectuais, físicas, sensoriais ou combinadas	Sem dados que comprovem quais são as mais recorrentes

Fonte: Catunda (2021, p.72)

Observa-se pela imagem que há uma diversidade de categorias e principalmente tipos de deficiência, fazendo com que os desafios do processo de inclusão tornem-se ainda maior e exija um trabalho multidisciplinar e intersetorial, além de profissionais em constante formação para garantir a qualidade e equidade para esse público. Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21), a educação

inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural — em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

Porém, Glat (2005) considera que, embora, se pese o crescente reconhecimento da Educação Inclusiva como norma prioritária de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, na prática, esse modelo ainda não se configura em nosso país como uma proposta educacional amplamente difundida e compartilhada. Nos últimos anos muitas experiências promissoras foram desenvolvidas, mas a maioria das redes de ensino carece das condições institucionais melhores para sua viabilização.

A escola surge como primeiro contato entre as crianças que podem conviver, fora do ambiente familiar. Mas infelizmente muitas crianças e jovens com deficiências não têm acesso à escola e ficam à margem da sociedade, onde não têm a oportunidade do convívio com as diferentes deficiências. Sendo assim, hoje vemos a grande necessidade de uma escola inclusiva para toda a sociedade. A escola inclusiva deve respeitar e valorizar todos os alunos, cada um com sua individualidade, para que seja assegurado e respeitado o direito de todos.

Diante do exposto é também coerente reforçar que nos últimos anos tem se intensificado campanhas de incentivo a matrícula de alunos com deficiência em ambiente formal. A exemplo disso, pode-se observar os números de alunos matriculados na rede estadual no município de Acaraú fornecidos do Sistema Integrado de Gestão Escolar- SIGE, nos mostra que na Região da Crede 3 tem crescido significativamente o número de alunos atendidos pela rede (SEDUC, 2020).

Conforme nos mostra o quadro 2 abaixo com as Escolas que compõe a Rede Estadual do Município de Acaraú-Ceará.

Quadro 2 - Mapa deficiência 2023 – Crede 03

EEEP MARTA MARIA GIFFONI DE SOUSA	08
EEM TOMAZ POMPEU DE SOUSA BRASIL	46
EEMTI MARIA ALICE RAMOS GOMES	1
CEJA PE. ANTONIO TOMAZ	6
EEMTI GERALDO BENONI GOMES SILVEIRA	12
EEM MARIA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO	89
EEMTI VICENTE DE PAULO DA COSTA	23
TOTAL	185

Fonte: Sistema SEDUC (2023)

O quadro acima traz o quantitativo de alunos das Escolas da Rede Estadual de Ensino, com o número de alunos com deficiência matriculados no município de Acaraú no ano de 2022, segundo dados coletados no Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE, pode-se observar que há um significativo de alunos matriculados na rede estadual. No entanto, é coerente afirmar que a distribuição não é o que acontece de forma uniforme, observa-se que há uma disparidade de matrícula entre uma escola e outra. Evidentemente não é objetivo dessa pesquisa identificar as causas dessa disparidade, porém nos parece pertinente o destaque para esse fato. O quadro deixa evidenciado que a busca pelo ensino médio por parte da pessoa com deficiência é uma realidade e que cabe a rede e aos profissionais envolvidos promoverem as mudanças físicas e pedagógicas para que eles e elas sintam-se acolhidos (as) e que tenham seu direito à aprendizagem assegurado.

No quadro 3, temos a matrícula da EEEP Marta Giffoni de Sousa, com os cursos que a Escola oferece e o números de matrículas de alunos com deficiência por turma. Podemos inferir duas observações que nos parece relevantes; primeiro o número pequenos de alunos com deficiência, o que pode refletir primeiramente a necessidade de um repensar em campanha de matrículas para este público específico nesta unidade escolar, e segundo em uma visão mais ampla o quadro permitir uma reflexão sobre a própria inclusão não apenas na escola, mas no próprio mundo do trabalho, que pode parecer ainda distante da realidade desses alunos.

Quadro 3 - Mapa deficiência 2023 – EEEP Marta Maria Giffoni de Sousa

Oferta	CEG	BV	DA	DF	AC	TD
Integrado 3ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO A		✓				
Integrado 2ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES D					✓	
Integrado 2ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA B		✓				
Integrado 2ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO A		✓				
Integrado 3ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM AQUICULTURA B						✓
Integrado 2ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES D			✓			
Integrado 1ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM MASSOTERAPIA D	✓					
Integrado 2ª Série Ensino Médio Profissional Integral TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES D				✓		
Tota Alunos: 8	1	3	1	1	1	1

Fonte: Sistema SEDUC (2023)

Ressalta-se ainda que não basta o aluno está em sala de aula como demonstram os dados, são necessárias ações que promovam a qualidade e equidade, tais como: adequação curricular, adaptações físicas, planejamento, adaptações e avaliação que respeite e valorize as diferenças e as conquistas individuais.

A Educação Inclusiva não deve ser algo passageira, é algo que vem sendo discutido, através de estudos teóricos e práticas que tiveram em suas discussões a participação e apoio de educadores, de organizações de pessoas com deficiências, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Fruto também de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos.

Isto acontece quando se preconiza, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), uma sociedade mais justa em que valores fundamentais são resgatados, como a igualdade de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação. Percebeu-se que as escolas estavam ferindo estes direitos, tendo em vista os altos índices de exclusão escolar; populações mais pobres, pessoas com deficiência, dentre outros, estavam sendo, cada vez mais, marginalizadas do processo educacional. (GIL, 2005).

À medida que se propaga, a educação inclusiva tem evidenciado suas vantagens pedagógicas e sociais. É uma forma muito mais efetiva de garantir o direito de crianças e jovens com deficiência a uma educação de qualidade e a uma vida autônoma e feliz, haja vista que contribui igualmente para a educação dos demais alunos, desfazendo os preconceitos, incentivando o convívio com as diferenças individuais e estimulando o aprendizado mútuo. Transforma também pais e professores, muitas vezes relutantes e apreensivos e, desse modo, há um crescimento na expectativa de construir uma sociedade mais democrática e menos excludente.

2.2.1 Educação Inclusiva na Educação Física

As políticas públicas usam meios mais amplos para contextualizar a inclusão, sendo esse um caminho para chegar a uma sociedade inclusiva. Para tornar essa ideia consistente, o Estado deve propor políticas públicas que

desenvolvam na comunidade o respeito, a diversidade e garanta o direito de todos à educação. O conceito de inclusão vem firmar-se na diversidade, diferença, universalização de indivíduos dentro do mesmo espaço, nesse contexto, a escola (PAULON et al., 2005).

Para Anilarian et al. (2000), uma pessoa com deficiência tem em suas características, ausência ou dano estrutural dos aspectos psíquicos, anatômicos ou físicos, provisório ou definitivo. Ausência de um membro ou anormalidades, ou até de funções mentais, que constituem uma deficiência.

Identificamos algumas falhas quando se trata de inclusão, para Falkenback et al., (2007), há algo unânime entre professores quando a questão é a inclusão, em que muitos confundem inclusão com integração, sobre essa diferença Freire esclarece que inclusão trata-se de

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

Sobre o que venha ser integração Sasaki (2006) definida como o momento que essas pessoas são encaminhadas e aceitas em escolas regulares, após passarem por testes de inteligência, falta embasamento para tal prática inclusiva na escola. As práticas tradicionais baseadas em metodologias que priorizam estereótipos e modelos, que priorizam comportamentos, negando a individualidade, tornando-se assim um dos problemas que mais se acentua na busca pela inclusão de alunos com deficiências e uma das medidas para reverter essa situação de inclusão atual é aprofundar a formação dos professores, assim como a boa orientação junto à comunidade, todas as disciplinas, inclusive a Educação Física devem tratar esse assunto.

A interação de deficientes com os colegas deve construir um conhecimento sempre incentivado pelo professor de Educação Física, juntamente com os demais professores, para a inclusão ocorrer de forma crescente e coesa. Entende-se dessa forma que tanto os alunos sem deficiência como os professores devem propor e buscar a parceria, a cooperação com alunos que apresentem limitações, para que de fato ocorra a inclusão social e escolar (LACERDA, 2006).

A escola deve observar cada aluno individualmente na busca pela inclusão, portanto, ainda estamos distantes dessa realidade, pois o sistema escolar não aderiu a este modelo de ensino. A exclusão dos alunos com deficiência no âmbito social é bastante evidente, tornando-os invisibilizados. Nas aulas de Educação Física os professores ainda pensam em preservar os alunos, deixando-os fora das atividades e deixam de desenvolver suas potencialidades. O aluno na maioria das vezes tem a vontade de participar, mas não encontra o devido incentivo nas aulas, para que seja incluído na sua forma integral.

Os profissionais de Educação Física passam por um grande desafio para promover a inclusão de alunos com deficiência, muitas das escolas brasileiras, não dispõem de estrutura física e material para receber essa clientela de alunos e sendo assim, não há uma educação justa para todos os alunos da escola básica.

Para Souto et. Al, (2010), uma educação de qualidade, acessível a todos, tornará a escola cada vez mais inclusiva. Prado & Morostega,(2001), apud por Gomes (2013, p.10), ressalta que no Brasil, a realidade é completamente diferente, tanto escolas quanto a comunidade escolar estão despreparadas para receber pessoas com necessidades especiais. Vários problemas familiares podem nortear a procura dos pais por escolas inclusivas, e um ensino de qualidade.

Na perspectiva de ter uma escola inclusiva, a equipe escolar precisa de uma melhor qualidade, de boas estratégias, as quais orientem a todos os funcionários, a comunidade de forma geral, voltada ao trabalho com alunos com deficiências. Há necessidade de designar recursos para formação de professores aptos ao ensino e prontos para lidar com problemas eventuais que surjam com seus alunos (MELO & MARTINS, 2007).

Entendemos que a Educação Física é um espaço de relacionamento onde as crianças desenvolvem sua autoestima e autoconfiança, assim descobrindo suas habilidades e suas limitações. A capacidade de movimentação da criança faz com que ela interaja consigo e com o meio ambiente em que vive. Todas as experiências que a Educação Física proporciona se tornam essenciais para a sua maturação, seu desenvolvimento e suas características individuais (SORATO; HUF e MIRANDA, 2009).

Dessa forma, o professor, durante sua prática pedagógica, deve inserir em seu planejamento e rotina diárias, atividades práticas adaptadas que possibilitem a inclusão do aluno com deficiência na sua prática corporal e, ao mesmo tempo

propiciar ao não deficiente a experiência das limitações vividas pelo colega, desenvolvendo assim a empatia e o respeito, sentimentos que se fazem necessários no processo de inclusão.

Atividades como: Gool bol, Vôleibol sentado, esportes adaptados, todas essas atividades podem minimizar as limitações dos alunos com deficiência, tornando assim a aula participativa e inclusiva para toda a turma.

Brasil (1997), afirma que o ensino deve levar em consideração as características individuais dos alunos, seja ela cognitiva, corporal, afetiva entre outras e que o aluno deve aprender para além das técnicas de execução, aprender a respeitar e entender as regras, fazer análise crítica, recriar estratégias, independente do conteúdo que esteja sendo abordado.

Sorato; Huf e Miranda (2009) ressaltam ainda que a Educação Física ainda não se apresenta como deveria, pois, alguns professores encontram-se em total comodismo, limitando a trabalhar a disciplina com o intuito recreativo e que não geram reflexão sobre os alunos, fazendo com que tenham uma concepção errônea da disciplina, essa falta de objetividade acaba não mostrando para a sociedade a verdadeira importância na escola.

Ainda conforme Brasil (1997), mesmo a Educação Física já tendo seu reconhecimento como disciplina essencial, ainda é tratada com exclusão no contexto escolar. Isso ocorre quando as aulas são colocadas em horários impróprios, ou no contraturno escolar, dificultando a participação integral dos alunos, uma outra situação também observada é no próprio planejamento pedagógico, o professor fica isolado, percebendo a falta de importância dada à disciplina. Mesmo reconhecendo, que sua participação seja muito relevante na equipe pedagógica, pois trabalha os aspectos afetivos, sociais e éticos, tendo assim um conhecimento amplo de seus alunos.

Como afirma Souza (2007) a disciplina de educação física deve ter seu foco voltado para o conhecimento do corpo e seu domínio, através de práticas corporais diversificadas e acessíveis a todos. Essa percepção de todos tem o direito ao acesso à cultura corporal do movimento, por meio das aulas de educação física, contrapõe-se ao pensamento que durante muito tempo dominou esta disciplina, na qual a atividade física era apenas para os aptos, excluindo, assim, toda a diversidade existente no ambiente escolar como deficientes, doentes, gordos que por meio de mecanismos legais conseguiam dispensa das aulas.

A visão de uma educação física apenas para os aptos passou a ser questionada principalmente pelas mudanças de paradigmas da educação na totalidade ao defender a concessão de educação para todos, e principalmente pela busca da disciplina de encontrar uma identidade própria para ela enquanto ciência e construtora de conhecimento. Evidentemente trata-se de uma ciência relativamente nova, no que se refere às pesquisas e busca de identidade.

Porém, sabemos a partir da leitura de livros como: O que é educação física, e A história da educação física, entre outras obras que se debruçaram sobre a história desse componente curricular, que durante muito tempo ela sofreu influência de abordagens como: tecnicista, higienista, esportiva, as quais reforçavam a busca por corpos perfeitos, e, dessa forma, praticavam a exclusão de toda diversidade existente na sala de aula.

Essa visão de educação parte da compreensão universal de que a educação é um direito inegociável para todos e a educação física enquanto disciplina curricular deve alinhar-se nessa perspectiva inclusiva. Evidentemente, essa nova forma de pensar educação física não nasce de um momento para outro. A exibição de novas concepções nasce do resultado de estudos e de abordagens que, a partir da década de 80, principalmente, contribuem para uma nova realidade da educação física. Nesse percurso, pode-se afirmar que diversas abordagens pedagógicas da disciplina contribuíram e contribuem para o processo de inclusão, dentre elas: a desenvolvimentista, construtivista, crítico-superadora e abordagem.

Na visão da abordagem desenvolvimentista, idealizada por TANI ET AL tinha como objetivo contemplar a educação física como via para proporcionar o desenvolvimento motor do indivíduo por meio da interação com o meio. Sendo assim, a educação física deve, através de suas atividades, ajudar no desenvolvimento humano, sustentada nas teorias de Piaget (TANI ET AL, 1998). Do ponto de vista da inclusão pode-se inferir que ela nos permite pensar o indivíduo em suas individualidades, mas com a certeza que todos são capazes de aprender e se desenvolver dentro de seus estágios, basta que recebam os estímulos adequados.

Outra abordagem extremamente importante, também ancorada nas teorias piagetianas, é a abordagem construtivista – interacionista, que no Brasil tem como expoente João Batista Freire, o qual compreende que o conhecimento é algo a ser construído a partir da interação com o meio, pelos processos de assimilação e acomodação, num processo de desequilíbrio constante (FREIRE, 1998). Essa

compreensão de que o conhecimento é algo a ser construído pela pessoa e não transmitido, permite que a educação compreenda que todos podem aprender por meio de suas interações e experiências, negando assim qualquer tipo de exclusão.

Por sua vez, a abordagem critico-superadora, inspiração no materialismo histórico-dialético de Karl Marx, caracteriza-se como uma concepção propositiva, visto que determina critérios para a sistematização da disciplina de Educação Física no âmbito da escola. Apresenta como referencial teórico a Sociologia, tomando por base o materialismo histórico-dialético de Karl Marx. “Utiliza o discurso da justiça social como ponto de apoio tendo recebido na Educação Física grande influência dos educadores José Libaneo e Demerval Saviani.” (Darido, 2003, p. 08). “Se apresenta pautada num projeto histórico que tem como princípio a superação da sociedade capitalista” (Assunção e Xavier Filho, 2005, p.29).

A função da educação física deve propiciar o acesso à cultura corporal do movimento, a qual é resultado da ação humana por meio do trabalho no seu sentido ontológico. Essa abordagem procura por meio do acesso ao conhecimento promover a emancipação do aluno e promover a igualdade social, alinhando-se assim aos anseios e desejos de uma sociedade inclusiva.

Nota-se que a busca pelo processo de inclusão na disciplina de educação física é resultado da própria evolução da disciplina, a qual demonstra claramente não está estagnada em seu tempo nem presa a paradigmas antigos, mas que tem em vista ser sensível à realidade na qual está inserida e a educação física apresenta-se como uma grande ferramenta neste processo.

2.3 Educação Profissional e Tecnológica: panorama histórico/legal e marcos legais para o processo inclusivo na rede Estadual do Ceará.

No Ceará temos algumas considerações sobre o atendimento às pessoas com deficiência, dentro do panorama nacional. Em 1942 foi criada a Sociedade de Assistência aos Cegos, seguida do Instituto Pestalozzi do Ceará (1956) e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE-CE (1965). Ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram criadas classes especiais como espaços de atendimento educacional aos alunos com deficiência mental leve, na gestão do Governador Tasso Jereissati.

No segundo mandato de Tasso Jereissati, ao ocupar o Governo do Estado,

já em 1997 é que as políticas de Educação Especial foram revigoradas, quando a SEDUC-CE lançou o documento da Política Estadual de Educação Especial, sendo a primeira política estadual destinada às pessoas com deficiência, refletindo as proposições para a área presente na LDB n.º 9394/96.

Anterior a esse período, o Estado tinha por base de trabalho o I Plano de Educação (1973-1976), que se referia à Educação Especial como modalidade que contribuiria com uma educação de qualidade a determinada parcela da população. (CARDOSO, 2011). Magalhães (2003) aponta como princípios que norteiam a política inaugural, a garantia de acesso, permanência e terminalidade educacional da pessoa com necessidades educativas especiais. Tiveram destaques os atendimentos aos alunos com necessidades educativas especiais e a integração do aluno no sistema regular, assim como, o apoio aos docentes que recebem esses alunos.

De acordo com Cardoso (2011), para que acontecesse um melhor atendimento, ficou determinado a descentralização e a criação de 11 núcleos de atendimento especializado em Fortaleza (capital) e no restante do Estado. O funcionamento aconteceria nas unidades escolares, criando equipes multidisciplinares nas áreas de triagem, diagnóstico e acompanhamento.

Magalhães (2003) reconhece a importância e a necessidade de um atendimento de qualidade. Considerando a existência de uma boa articulação entre a escola e os núcleos, para que seja evitada a visão clínica médica tão forte na Educação Especial, buscando um atendimento mais acolhedor e humano. O Governo Federal ao assumir o encargo da formulação de políticas para a área, e destas serem executadas no plano local pelos municípios, faz com que a Educação Especial não seja alterada substancialmente na esfera estadual ao longo dos anos e até a atualidade.

Portanto, a municipalização da educação pela Constituição de 1988 atingiu também a educação das pessoas com deficiência. Os municípios foram chamados a assumir a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, junto com eles, criar ou manter uma estrutura para a Educação Especial ou criar serviços identificados de uma educação escolar inclusiva. (GARCIA, 2008. P.15).

Hodiernamente, os assuntos referentes à educação de pessoas com deficiências no Estado do Ceará são cuidados e dirigidos pela Célula de Diversidade e Inclusão Educacional, da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola (CDESC)

da SEDUC. A SEDUC refere-se a documentos nacionais, tais como: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

Refere-se, ainda, a existência das 10 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e ainda em processo de instalação encontram-se 37 salas na rede estadual, e do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades (NAAH/S), localizado no Instituto de Educação do Ceará. Dispõe também da oferta de oficinas pré-profissionalizantes para alunos maiores de 16 anos com deficiência intelectual ou múltipla, e por fim, divulga convênios que mantêm organizações não governamentais filantrópicas que realizam serviço educacional aos alunos com deficiência. (CARDOSO, 2011)

O Estado do Ceará sobre as políticas de Educação Especial confirma e acompanha as determinações da Política Nacional de 2008, em que ratifica o papel do município como entidade federada que deve se ocupar dos serviços da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Nessa lógica, os municípios brasileiros, em seu plano local, devem implementar as políticas nacionais dessa área.

2.4. Educação inclusiva no Ceará: orientações para o atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ceará

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará -SEDUC, através da Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional –CODIN, em parceria com a Coordenadoria de Educação em Tempo Integral- COETI, apresentou no ano de 2022, um manual de orientações aos seus gestores, professores e profissionais envolvidos no processo de inclusão do público alvo da Educação Especial, do Estado do Ceará, em que cada escola deverá trabalhar mediante as normas nacionais, com suas adequações e adaptações, para melhor atender os estudantes da Educação Especial. (CEARÁ,2022)

O processo de inclusão destes alunos, segundo o manual Ceará (2022), não é recente, todavia, as dúvidas e incertezas são recorrentes no dia a dia da escola. Portanto, as equipes CODIN e Coordenadoria de Educação Profissional-COEDP, após aplicação de questionários destinados aos professores e gestores das Escolas de Educação Profissional (EEEP), levantaram suas dúvidas, dificuldades, desafios e demandas, na busca pela contemplação de um bom atendimento e acolhimento do

público da Educação Especial na sala de aula comum, assim como, do cumprimento e garantia dos direitos dos estudantes ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de Recursos Multifuncionais (SRM), desde que observado o tempo curricular desenvolvido nessas escolas.

Esse documento tem como objetivo apresentar orientações pedagógicas que possam auxiliar as escolas no constante processo de inclusão, apontando caminhos para as demais escolas que cumprem sua função social de acolher a todos, apresentam-se assim distribuídas: Aprendizagem dos Estudantes na Educação Inclusiva, Procedimentos e orientações para garantir a matrícula, acesso e permanência na EE, currículo e planejamento nas EEEPs, Avaliação da aprendizagem na EEEs, posteriormente iremos discorrer sobre cada uma delas. Cabe ressaltar que este material trará benefícios às EEEPs, assim como, para as demais tipologias das escolas da rede estadual.

Essas orientações devem ser compreendidas como ponto de partida para a garantia do direito à inclusão de todos os estudantes, ressaltando que as escolas têm total autonomia para a flexibilização dessas orientações, respeitando sua autonomia pedagógica, a realidade e o contexto social onde a escola está inserida, sempre visando auxiliar a escola ao processo constante de inclusão. (CEARÁ, 2022)

Ao analisar esse documento que trata especificamente da perspectiva inclusiva na área da Educação Especial, observamos que o mesmo nos traz como marcos legais a serem seguidos, entre inúmeros documentos legais (Leis, Resoluções, Decretos, Notas Técnicas e Pareceres), que versam sobre a EE no Brasil. Tendo como marco mundial mais importante, também já citado ao longo dessa dissertação, a Declaração de Salamanca (1994), constituída no âmbito da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha.

Este documento tem como marcos legais a Constituição Federal (CF), 1988, é um documento que versa sobre a Educação Especial a nível nacional, onde estabelece em seu Artigo 205, a Educação como direito de todas/os, a ser garantido pela família e Estado, visando o desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Corroborando com a CF, versa sobre a garantia de direitos de todos, conceituando-a como modalidade de educação escolar, que deve ser oferecida na

rede regular de ensino para educandos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Transtorno do Espectro Autista (TGD/TEA) e Altas Habilidades/Superdotação, reafirmando esse compromisso com a inclusão no ambiente formal a resolução nº 04 de 2009 do Conselho Nacional de Educação busca orientar as diretrizes operacionais para o atendimento da pessoa com deficiência (CEARÁ, 2022, p. 17).

No âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará, destaca-se o Conselho Estadual de Educação (CEE), a resolução CEE Nº 456/2016 que fixa as normas para a EE e para o AEE; é o parecer Nº 803/2016 que trata sobre os procedimentos a serem adotados pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), referente a matrícula e o atendimento do público da EE. A SEDUC em consonância com toda legislação que trata a EE, promove, reconhece e garante o acesso, assim como, a permanência escolar, garantindo e assegurando a ocupação de todos os espaços às/os estudantes com deficiência do Estado do Ceará.

2.4.1 Aprendizagem dos Estudantes na Educação Inclusiva , procedimentos e orientações.

Como princípio básico da Educação Inclusiva, todos têm capacidade de aprender, independentemente de suas particularidades intelectuais, sensoriais e físicas. Faz-se necessário observar que o processo de aprendizagem é singular, cada um tem seu tempo e forma de aprender, portanto, para alguns se faz necessário metodologias mais tradicionais, outros necessitam de mais apoio, mas todos conseguem aprender.

Para acontecer o desenvolvimento das atividades pedagógicas, é imprescindível avaliar cada situação, conhecer a bagagem que os alunos já têm, quais competências já atingiram, qual ainda precisa ser construída, garantindo assim a inclusão efetiva de todos, independente do laudo que os acompanham.

A proposta curricular é única, portanto, se faz necessário que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, em que deve ser considerado a singularidade de cada aluno e focar nas suas potencialidades, viabilizando oportunidades iguais, participação efetiva e o pleno desenvolvimento dos alunos que tenham ou não deficiência.

De acordo com Ceará (2022), o ato de planejar é de responsabilidade do

professor de sala de aula, mas não deve ser feito sozinho. O processo de elaboração do planejamento pedagógico inclusivo precisa da colaboração e envolvimento de outros agentes da escola, dos professores das demais áreas técnicas, ou dos que já tenham exercido trabalho com estudantes que tenham deficiência e em especial planejar junto ao profissional do AEE, em que as atividades e recursos estejam contextualizados.

Essa ação requer parcerias de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, desde a gestão escolar, o professor da sala de aula comum, o professor de sala de AEE e outros profissionais de apoio da escola, devendo estar também em diálogo constante com a família e/ou responsável para terem conhecimento do trabalho que está sendo desenvolvido junto ao estudante.

Segundo o documento, a matrícula deve estar de acordo com o Artigo 205 da CF, a LDB e com a Resolução CNE/CEB n.º02 de 11 de setembro de 2001, em que é declarado o direito de todos à Educação Especial. Os sistemas de ensino devem matriculá-los na sala de aula comum e ofertar o AEE. No caso de negativa à matrícula em qualquer estabelecimento de ensino, curso ou grau, da rede pública ou privada, em razão da deficiência, é constituído crime punível de reclusão e multa, de acordo com o Art. 8º, I, da Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. (CEARÁ, 2022).

De acordo com Ceará (2022), para garantir esse direito e inserir os estudantes nas escolas e salas de aulas comuns, independentemente de sua categoria, deve-se observar algumas orientações. A matrícula deve ser direito de todos, sem impor qualquer empecilho baseado em sua condição de deficiência. Além disso, deve ser garantido 5% de reserva das vagas por curso para estudante da EE nas EEEPs; deverá ter um momento com o estudante e seu responsável, em que serão apresentadas as habilidades e competências requeridas durante o curso profissionalizante e necessárias ao exercício da profissão pretendida, sem incorrer em discriminação devido à deficiência do estudante e jamais impor ou evidenciar suas limitações.

Deve-se privilegiar sempre o respeito à livre escolha, o interesse e a vocação do estudante na definição do curso e carreira profissional que quer seguir. Assim como, devem-se criar ambientes que atendam às pessoas com deficiência, independentemente de sua condição, devendo capacitá-lo ao trabalho adequado a suas perspectivas, permitindo-lhe a obtenção, conservação e progressão diante de suas escolhas. O trabalho de sensibilização e esclarecimento deve ser desenvolvido

junto aos demais professores e profissionais da educação, mostrando as especificidades no público da Educação Especial, na busca de promover e superar as barreiras pedagógicas presentes na escola. O apoio e atenção devem ser garantidos ao estudante com deficiência, visando sempre a igualdade de oportunidades para seu desenvolvimento acadêmico.

Paralelamente, devem ser empregadas medidas individuais e coletivas para potencializar o desenvolvimento dos acadêmicos, adotando medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, comunicacionais, dentre outros, que também são responsáveis por todo desempenho e crescimento educacional dos estudantes do público alvo da Educação Especial.

2.4.3 Currículo e Planejamento nas EEEPS.

Para Garcia (2006), a deficiência não é vista como marca definidora e restritiva da capacidade de estudantes com deficiências. Pelo contrário, é o ponto de partida para desenvolver possibilidades criativas à prática pedagógica e ao desenvolvimento acadêmico.

Para tanto, o desafio é pensar um currículo aberto às diferenças, sejam elas quais forem, isso sim, é fator de enriquecimento para todos no âmbito escolar. Um currículo que contemple a todos respeitando a individualidade de cada estudante, isso significa enriquecimento e não redução ou empobrecimento dos conteúdos. Na construção curricular, a aproximação do estudante deve acontecer de forma agradável, demonstrando interesse pelo individual, respeitando os seus desejos, sua história, sua família, suas dificuldades de aprendizagem, sua deficiência, sempre com cautela devida para não o excluir, mas buscando atender essas características como traços que o identificam.

De acordo com Ceará (2022), estabelecer diálogo com a família do estudante, compreender a deficiência, assim como, as potencialidades e necessidades, estando atento a como ele pode contribuir no processo de ensino aprendizagem; demonstrar acolhimento igual a todos os estudantes, valorizar as individualidades e a partir de então, elaborar propostas de atividades pedagógicas e curriculares em que todos os estudantes possam ser naturalmente incluídos.

Também faz parte da organização, do currículo e do planejamento, fazer acompanhamento dos alunos com deficiência, de forma individualizada, sempre em

parceria com a gestão da escola, o professor diretor de turma e o professor da AEE, deve organizar portfólios e relatórios, para serem apresentados e discutidos, sempre na busca pela melhoria no processo de ensino aprendizagem do aluno. Segundo Ceará (2022), os princípios da inclusão devem ser garantidos e contemplados no Projeto Político Pedagógico da Escola, tanto de forma explícita no documento e nas práticas que suscita.

A utilização de recursos de tecnologias assistivas (analógicos ou digitais) deve ser aliada ao desenvolvimento do estudante com deficiência, encontrando assim oportunidades de fortalecimento da aprendizagem de estudantes com deficiência na própria matriz curricular, nos componentes curriculares de Projeto de Vida e Formação para a Cidadania, Mundo do Trabalho, Projeto Integrador, Projetos Interdisciplinares, enfim, diversas outras possibilidades a serem contempladas no currículo escolar.

Todos os estudantes devem ser contemplados no planejamento pedagógico, nos objetivos da aprendizagem, nas atividades propostas e na avaliação da aprendizagem, devendo evitar a homogeneização do pensamento pedagógico e garantindo sua intencionalidade. As metodologias, empregadas no processo de ensino, devem ser flexibilizadas, dando possibilidades para que formas diversas de compreensão e perfis de aprendizagem sejam respeitadas. É necessário descobrir e enaltecer as potencialidades de cada estudante, para traçar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento individual.

Segundo Ceará (2022), a sala de aula e as atividades pedagógicas devem ser organizadas, de modo a garantir que o estudante com deficiência fique no local mais adequado, para melhor visualizar o professor ou outros profissionais e os recursos utilizados nas aulas. O professor deve sempre estar buscando inovar, por meio da elaboração de atividades lúdicas e jogos didáticos desafiadores, para melhor desenvolver o pensamento lógico. Já as atividades muito longas, quando possível, devem ser evitadas.

A escola precisa compreender que cada estudante é diferente e aprende, e se desenvolve de forma diferente. Nesse sentido, a instituição de ensino precisa pensar estratégias de planejamento e organização de seus espaços e de seu funcionamento, deixando claro que seu espaço é o ambiente de todos sem distinção.

2.4.4 Avaliação da aprendizagem na EEEs

De acordo com Ceará (2022), a avaliação já é um tema complexo e se intensifica mais ainda quando se trata da avaliação da aprendizagem das pessoas com deficiência. Esse tema exige da escola uma maior reflexão sobre as concepções que embasam os objetivos e intenções que a escola tem em relação a seus estudantes e como de fato essa avaliação irá repercutir na formação e inclusão do estudante com/sem deficiência na sociedade.

A avaliação de um estudante precisa ser praticada como uma atribuição de qualidade do processo de ensino e aprendizagem, em que o objetivo, seja acompanhar a construção do conhecimento e que esses resultados deem um retorno ao professor, de como deve direcionar o processo para um melhor desenvolvimento do estudante. Para os estudantes com deficiência, é preciso tomar medidas que possibilitem a acessibilidade como a inclusão, portanto, há algumas possibilidades para se construir uma avaliação justa e equânime.

Elaborar e aplicar avaliação diagnóstica, a fim de aferir as competências e habilidades desenvolvidas pelo estudante e traçar objetivos e estratégias específicas, para propiciar o seu desenvolvimento acadêmico, identificando assim as dificuldades e avanços do estudante, de modo a intervir e garantir a aprendizagem esperada, sempre buscando a parceria do professor da sala de AEE, da gestão escolar e demais envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem dos alunos da Educação Especial. (CEARÁ, 2022).

A orientação é que a avaliação seja em relação a si mesmo, as suas conquistas e a aprendizagem e não, em relação aos demais alunos da turma. Desse modo, cabe adotar relatórios de acompanhamento e desenvolvimento das habilidades e competências desenvolvidas, com o fito de respeitar os limites de aprendizagem do estudante e entender que suas dificuldades nem sempre estão relacionadas com sua deficiência.

As provas e avaliações devem ter formato acessível para atender as necessidades específicas, com comandos mais diretos e objetivos; textos devem ser ampliados ou transcritos em braile, quando for necessário; o tempo para a realização de atividades e avaliações deve ser ampliado, se assim houver necessidade.

De acordo com Ceará (2022), os estudantes devem ter garantido a sua participação nas avaliações externas, de modo que os resultados obtidos possam favorecer e expressar a realidade vivenciada pela escola, e quando possível e se

necessário, solicitar adaptações e acessibilidade disponíveis para os estudantes com deficiência.

3. PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS

A pesquisa científica nasce da curiosidade e tem como objetivo investigar algo a partir de uma problemática vivenciada no contexto social, ou seja, responder à pergunta problema e a partir das respostas obtidas elaborarmos novos conhecimentos que possibilitem compreender/transformar a real condição do que está sendo estudado, portanto, como afirma Gil (2007) a pesquisa trata-se de um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

O presente capítulo tem como objetivo detalhar os procedimentos metodológicos que foram aplicados no desenvolvimento da pesquisa, afinal como afirma Sousa (2023) a escolha do método representa uma das principais tomadas de decisões na jornada de um pesquisador, pois os métodos têm fundamental importância para respondemos a nossos objetivos. Para tanto, fez-se necessário estabelecer o embasamento metodológico da temática, no qual se sustentou o trabalho, quanto aos objetivos e natureza do estudo, assim como, descrever as etapas desenvolvidas ao longo da pesquisa.

Nesse sentido é importante destacar a sequência de etapas que foram utilizadas no desenvolvimento da pesquisa:

- a) caracterização da pesquisa;
- b) descrição dos participantes;
- c) técnicas de coleta de dados;
- d) análise dos dados
- e) discussão dos resultados.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Para encontrarmos as respostas das hipóteses criadas faz-se necessário a escolha correta dos procedimentos metodológicos da pesquisa e essa escolha representará um caminho a ser trilhado para que o pesquisador encontre suas respostas da melhor maneira possível. A presente pesquisa ancora-se na

abordagem qualitativa, haja vista que permite que um fenômeno seja analisado a partir de uma perspectiva real, por meio da interação com a população-pesquisa, além de permitir uma maior flexibilidade, tendo como ênfase as experiências e relações humanas.

Sobre o método qualitativo, Minayo nos esclarece que ‘ O método qualitativo é adequado aos estudos (...) das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam”. (MINAYO, 2008, p.57).

Ao analisarmos a descrição feita pela autora, observa-se que a pesquisa qualitativa vai ao encontro da finalidade do mestrado PROFEPT que busca investigar como a disciplina de Educação Física pode colaborar com a formação omnilateral/integral, em que se desenvolvem diferentes relações humanas. Portanto, não são os números que vão responder às nossas indagações, mas as análises das relações existentes entre o grupo que investiga, por tanto possíveis soluções nascem do diálogo entre todos os envolvidos.

Essa busca pela interação entre o pesquisador e os pesquisados, no intuito de possíveis soluções, vai ao encontro como objetivo citado no Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, o referido Mestrado, inaugurado pela Resolução do Conselho Superior, nº 161 tem por finalidade:

Art. 2º. O PROFEPT tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. (IFES, 2018, p. 2)

Ao buscar atender esse objetivo, partindo da valorização de diferentes saberes e priorizando a interação entre os atores envolvidos, só reforça a escolha pela pesquisa qualitativa pois a abordagem permite que tenhamos uma visão mais global do fenômeno pesquisado, como enfatiza Creswell (2007) nesse tipo de pesquisa procura-se ter uma visão holística e reflexiva, para isso, usa-se um raciocínio multifacetado, interativo e simultâneo, com diferentes estratégias(1986) e Tripp (2005). Ao analisar que tipo de metodologia a pesquisa-ação, Thiollent afirma que ela é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada

em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 20)

Portanto, tendo sua base no empirismo, a realidade social de onde se desenvolve o fenômeno social é de suma importância, pois ele está inserido dentro de realidade única e particular, e deve ser observado e analisado dentro deste contexto, sem desprezar a pesquisa teórica a qual dá sustentação e fundamentação durante todo processo.

O método não propõe um rompimento com tudo que a ciência produziu, mas busca por maior flexibilização e dá voz a todos os atores da pesquisa. Sendo assim, essa metodologia busca associar em uma mesma estratégia de ação, a interação e diálogo entre todos os elementos da pesquisa, para que todos adquiram conhecimentos e colaborem nas possíveis soluções do problema. Portanto, é uma ação de diálogo e transformação como enfatiza Thiollent: “[...] a pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução em que os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação”. (THIOLLENT, 2011, p. 21), uma vez que é baseada na troca através da participação de todos os envolvidos, os conhecimentos tornam-se importantes e necessários, e devem ser compartilhados, bem como as experiências tanto do pesquisador quanto dos pesquisados são uma perspectiva importante para a solução do problema.

A busca por encontrar soluções por meio do diálogo, da reflexão e de uma ação transformadora conjunta, em que todos são ativos no processo de pesquisa, na análise das situações problemas, mas, principalmente, na busca por soluções que seja compatíveis à realidade, dando voz e vez a todas as opiniões e sugestões, cria uma flexibilidade no percurso metodológico.

Richardson (2017, p. 331), enfatiza que “A pesquisa-ação visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa) sobre o(s) conhecimento(s). Como o próprio nome indica, a pesquisa-ação é um trabalho científico que possui dois objetivos: a ação e a pesquisa”. Para ele, essas duas dimensões (mudanças e compreensão) podem também contribuir significativamente na elaboração de um projeto de pesquisa.

O tema a ser examinado foi submetido a uma pesquisa bibliográfica para apresentação dos elementos teóricos que envolvem as bases conceituais da EPT e

os temas ligados à Inclusão na disciplina de Educação Física. Sobre esse tipo de pesquisa Gil (2002, p.44), afirma que

“a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, tendo como principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma série de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia averiguar diretamente.

Utilizamos como instrumentos de coletas de dados duas entrevistas semi-estruturadas: uma aplicada no início, com a finalidade de analisarmos os conhecimentos prévios dos discentes e docentes participantes da pesquisa e outra após a aplicação do produto educacional, com a finalidade de observarmos como o produto contribuiu com a formação humana integral e a reflexão sobre o processo de inclusão, portanto, ela tanto avalia como valida nossa pesquisa.

Segundo Minayo (2015) a entrevista trata-se de uma conversa com finalidade, em outras palavras é a busca por dados a partir do diálogo, baseada através da confiança estabelecida entre pesquisador e pesquisados. Nesse viés, Paulo Freire (1967, p. 66) afirma que “[...] o diálogo é uma relação horizontal. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança”, e são esses elementos que irão facilitar todo o processo de entrevista tanto a inicial, para termos noção dos conhecimentos prévios, como a entrevista final para avaliarmos todo processo. A logística de aplicação das entrevistas segue a regra de observar antes e após a aplicação da sequência didática.

Lüdke e André (1986) ressaltam que “[...] analisar os dados qualitativos significa trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa [...]”, com esse intuito acredita-se que o melhor caminho a ser seguido nesta etapa é análise do conteúdo de Bardin (1977), pois para a autora, a análise de conteúdo tem por objetivo vislumbrar todas as mensagens realizadas em meio a uma investigação, construindo e apresentando concepções em torno de um objeto de estudo.

A análise do material coletado segue um processo rigoroso frente às fases definidas por Bardin (2011), como: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados. Acredita-se que toda essa sequência de análise será feita e nos conduzirá às respostas de nossas indagações, além da produção de um produto educacional.

3.2 Campo da pesquisa e descrição dos participantes

A pesquisa foi desenvolvida e aplicada no município de Acaraú- CE, que está localizado no Estado do Ceará, Brasil, próximo à foz do Rio de mesmo nome e a 238 km de Fortaleza, capital do Estado, com acesso pela rodovia CE-085, mas também há acessos pelas rodovias BR-222, CE-354 e pelas BR 402 e 403.

Para respondermos aos nossos questionamentos iniciais e alcançarmos nossos objetivos convidamos a participar da nossa pesquisa, o professor da disciplina de Educação Física e os alunos da turma do 1º ano do Ensino Médio do Curso de Administração, da EEPP Marta Maria Giffoni de Sousa, com o total de 44 alunos, sendo 30 do sexo feminino e 14 masculino, além do docente da Disciplina de Educação Física, totalizando 44 participantes.

Ressaltamos que aos participantes da pesquisa, tivemos o cuidado de manter a integridade e preservar sua identidade, sendo que, quando houve a necessidade de menção do participante, foi feito uso de termos que os identificam através de indicação numérica ou alfabética. Os participantes quando citados, foram identificados como: participante 1, participante 2, participante 3, e assim sucessivamente.

Imagem 01 – Visão frontal da EEPP Marta Maria Giffoni de Sousa



Fonte: a própria autora

3.3 Análise dos dados

Para a consolidação da pesquisa, fez-se necessário estabelecer técnicas de coletas de dados que foram aplicadas ao longo das etapas do estudo. Técnicas estas citadas por (SEVERINO, 2002), como a coleta de informações sobre o assunto pesquisado, junto aos sujeitos pesquisados, onde há uma interação entre o pesquisador e o pesquisado, onde o pesquisador visa aprender o que os sujeitos pensam, sabem, fazem, representam e argumentam, sobre o assunto pesquisado.

Essas técnicas segundo a concepção trazida pelo autor, são os meios operacionais que servem para a mediação para fins de realização da pesquisa através de diferentes metodologias. Podendo essas técnicas, segundo o autor, serem: documentação, entrevista, entrevistas não-diretivas, entrevistas estruturadas, escuta sobre a história de vida, observação e questionário.

Nesse contexto, a pesquisa desenvolveu-se a partir da concepção de Lakatos e Marconi, em que aborda o universo do ensino e aprendizagem, buscando envolver os protagonistas que fizeram parte do processo.

No primeiro momento da pesquisa foi realizado o levantamento de informações acerca da temática de estudo, além de uma sondagem sobre o local da pesquisa e grupo participante. Posteriormente, após a pesquisa, passamos para fundamentação teórica, elaboração e construção da proposta do produto educacional. Além disso, foi realizada, junto ao professor da disciplina e estudantes participantes, a coleta de dados junto a esse grupo, para sistematizar esta etapa. Torna-se importante destacar que foi adotada a técnica de entrevista semiestruturada, a qual foi composta por 6 questões e aplicada presencialmente. Tal escolha pela técnica fundamenta-se na concepção de Ribeiro (2008), que conceitua que

A entrevista é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores. (RIBEIRO, 2008, p.141)

As entrevistas aplicadas junto ao professor e estudantes buscavam conhecer a concepção prévia que os entrevistados já tinham sobre a temática em questão. Portanto, uma técnica necessária de caráter discursivo, para a realização da análise dos dados que foram avaliados.

Após este momento, foi aplicada, junto aos estudantes, uma sequência didática com 05 encontros, os quais tinham como objetivo principal a reflexão do processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da sociedade, na escola e na própria aula de educação física. Este momento, descrito posteriormente, trata-se do coração desta pesquisa, pois foi o momento de maior troca e interatividade entre pesquisador e participantes, contribuindo de forma significativa para reflexão sobre a temática, tanto dos participantes quanto da pesquisadora. Pode-se afirmar que este momento permitiu-me compreender e vivenciar a essência das palavras de Paulo Freire quando teoriza que: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (PAULO FREIRE 1997. p. 25).

Por fim, foi realizada uma entrevista, com o objetivo de analisar, junto aos participantes, como toda a vivência da sequência didática pode contribuir com a reflexão sobre a temática, ao mesmo tempo pode-se analisar e melhorar a sequência didática a partir das observações e colaborações dos participantes.

Durante a execução dessa etapa da pesquisa, buscou-se realizar a análise da problemática da inclusão, priorizando o conteúdo das respostas obtidas, dos olhares e de todas as informações que os participantes deram durante os encontros, servindo de suporte básico para as discussões com os participantes e serviram de embasamento para as produções textuais que compuseram o produto educacional. Todo esse material escrito nas entrevistas, anotações do pesquisador e avaliações diárias dos alunos foram submetidas a um tratamento de informações que será descrito, posteriormente, na sessão de análise dos resultados.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento de um produto educacional é uma exigência para a conclusão do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Assim, como proposta de produto educacional, onde se relacionaram os conhecimentos inerentes à pesquisa em consonância com os dos participantes e dos saberes advindos da disciplina de educação física sobre a temática abordada.

A proposta do produto trata-se de uma sequência didática com intuito de refletir sobre como a disciplina de educação física pode contribuir com o processo de inclusão, não apenas por meio das práticas de esportes e atividades recreativas

adaptadas, mas também pela reflexão e análise das realidades sobre as quais os discentes estão inseridos.

Com essa finalidade, foram planejados e organizados 5 encontros presenciais, fazendo uso de atividades como rodas de conversa, análise de vídeos, leituras de texto e atividades práticas, os participantes puderam conhecer, analisar, refletir e propor sugestões de como a sociedade pode ser mais inclusiva e qual a responsabilidade e compromisso da disciplina de educação física nesse contexto.

A aplicação de uma sequência didática tem como base a organização de conteúdos para serem trabalhados em um momento específico que pode ser um projeto educativo para professores e alunos (ZABALA, 1998). Neste sentido, a base da sequência didática tem foco em desenvolver os conteúdos específicos fundamentados em temas científicos com diferentes atividades educativas produzidas a partir de vários tipos de métodos e técnicas para apresentar os conteúdos.

O produto educacional oriundo da SD intitulada CONSTRUINDO PONTE: uma jornada pela inclusão nas aulas de Educação Física no Ensino Médio Integrado, que propomos será executado por meio de exposição teórica, dinâmicas, atividade práticas e reflexivas, que contribuirão com o desenvolvimento teórico prático da temática inclusão.

Durante os cinco encontros foram realizadas oficinas pedagógicas para facilitar a assimilação dos conhecimentos científicos, de forma teórica e prática, para possibilitar aos alunos analisar e refletir sobre a inclusão na sociedade, na escola e na disciplina de educação física. Os encontros foram organizados com as seguintes temáticas:

- 1 – CHECK-IN: primeiros passos;
- 2 – Conhecer para incluir;
- 3 – Capacitismo: como evitar e combater o preconceito?;
- 4 -Quando perdemos o direito de ser diferentes, perdemos o direito de ser livres: tipos de deficiências;
- 5 – CHECK-OUT: o que aprendemos?

A aplicação da sequência didática foi realizada por meio da utilização de diferentes estratégias para tratar a temática como: vídeos, dinâmicas de grupo, leitura e análise de texto, vivências de atividades inclusivas e esportes adaptados, que contribuíram para o debate, a reflexão e a sensibilização da necessidade da

inclusão na sociedade.

O objetivo principal ao conceber a ideia do referido produto educacional foi envolver os estudantes em seu processo de construção, os quais, muitas vezes, sofreram ou sofrem preconceitos e privações em detrimento de sua condição seja ela física, motora, social ou intelectual. Nessa perspectiva, buscamos promover espaço de fala a esses participantes, assim como fazer o registro escrito, de suas falas que irá se perpetuar ao longo do tempo e da história, servindo como aporte pedagógico para as escolas e para as aulas de educação física.

Durante o percurso de aplicação foram vários os sentimentos vividos, porém o mais forte é o da gratidão, a comunidade escolar que acolheu a proposta metodológica. Foi gratificante a figura do professor pela acolhida e pela generosidade de ceder seu tempo pedagógico para aplicação da pesquisa, mas principalmete aos discentes, no que tange a troca, o acolhimento ,a generosidade em que me receberam e participaram de todos os momentos que foram únicos e significavos. Toda essa vivência coletiva encontra-se analisada e descrita mais a frente na análise e discussão dos resultados.

Torna-se pertinente afirmar que mesmo com todos os desafios encontrados no caminho, o que mais teve nessa caminhada foram conquistas, tantos individuais quanto coletivas, representadas pela aquisição de novos conhecimentos procedimentais, conceituais e atitudinais, os quais fomentarão a mudança de postura de todos os participantes no sentido de uma sociedade mais inclusiva.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Análise e entrevistas inicial alunos

Os resultados apresentados e discutidos nesta seção provêm da pesquisa realizada envolvendo (44 alunos) do 1º ano do ensino médio que cursam Administração na Escola de Educação e Ensino Profissional Marta Maria Giffoni de Sousa, onde foi realizado este estudo. Para uma melhor discussão e compreensão, os dados coletados durante a pesquisa foram estudados a partir da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2010), que propõe uma apreciação não apenas de números e dados, mas de todo universo de gestos, palavras e olhares dos participantes da pesquisa.

Como caminho de análise dos resultados da pesquisa, iremos refletir sobre as concepções e conhecimentos prévios dos discentes e docente, por meio da análise da entrevista inicial feita junto aos participantes. Em seguida, daremos continuidade às análises sobre a aplicação do próprio produto educacional, aplicado junto aos alunos. Para isso, utilizou-se como caminho metodológico a Análise do Discurso, pois acredita-se que assim poderemos aproveitar todos os discursos proferidos, para finalizarmos será analisada a entrevista final.

No primeiro momento aplicou-se uma entrevista com 6 (seis) perguntas abertas; a primeira questionou-se aos participantes o seguinte: qual a sua compreensão sobre inclusão? O intuito desse questionamento era ter a visão geral do que os participantes, alunos, tinham de conhecimento prévio sobre o tema geral da pesquisa o que venha a ser inclusão.

O participante 1, ao responder afirmou que: “Inclusão, em geral, é a ação de colocar pessoas em ciclos sociais, com o máximo de apoio possível, tanto para adicionar mais pessoas no ciclo, quanto para desenvolver um senso de coletividade”.

Observa-se na fala do participante que há uma visão geral do que é inclusão. No entanto, observa-se, ao analisar de forma mais crítica e atenta, que o conceito ou visão do participante aproxima-se muito mais de um processo de integração do que realmente de inclusão.

Ainda sobre a mesma questão o participante 2 contribui dizendo: “Conforme a sociedade avança, acaba surgindo inúmeras questões sociais, que vivem sendo debatidas pelo Governo, tentando buscar uma solução. A inclusão é apenas uma delas. Inclusão é o ato de incluir pessoas com certas dificuldades, como visual, física, mental, auditiva, entre tantas outras”.

Ao analisar as falas dos participantes podemos inferir que limitam o conceito de inclusão à pessoa com deficiência, embora ele reconheça que tratar-se de um processo histórico, resultado da luta pela busca de direitos negados historicamente, uma vez que o aluno reconhece que a inclusão é resultado do avanço da sociedade. No entanto, limita a discussão às esferas governamentais e não à sociedade .

Acrescenta-se, ainda, as falas do participante 3, o qual afirma: “Inclusão é um assunto delicado, pois não é muito praticado, mas entendo que seja incluir pessoas sem diferenças, sem deixar a pessoa desconfortável ou desprezar”. O participante evidencia que o assunto ainda é uma forma de tabu, e necessita ser

ampliado e a inclusão necessita ser discutida de forma teórica e prática para que realmente aconteça.

Observa-se, a partir das falas, que o conceito de inclusão precisa ser realmente discutido, pois em diversos momentos ele é confundido ou compreendido de forma errada ou limitada, o que é compreensível, visto que o tema necessita ser ampliado continuamente em todos os setores da sociedade.

Sobre o que é o processo de inclusão Freire (2008p. 5) afirma que

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

O autor colabora com o pensamento da pesquisadora e apresenta a necessidade dos discentes em ampliarem seus conhecimentos e conceitos sobre a temática. Incluir é um movimento amplo em todos os campos desde o educacional, passando pelo político e social, em que todos, independente de suas condições físicas, sociais e psicológicas, devem ter seus direitos respeitados e assegurados, em todas as dimensões.

Em seguida, aos participantes foram questionados como eles percebiam o processo de inclusão nas aulas de educação física. Esse questionamento tinha como objetivo compreender como os alunos identificam ações pedagógicas inclusivas no ambiente escolar, especificamente no componente curricular de educação física. Os participantes relataram que não há momentos significativos a esse respeito.

Como relatou o participante 03:

“Não consigo perceber, pois na sala de aula não tem pessoas com deficiência aparente”. Colaborando com essa dificuldade em identificar esse momento, o participante 25 diz: “Eu não sei responder, é um processo bem complexo, aqui na escola nas aulas de Educação Física não vejo essa percepção”.

Ao refletir-se sobre as respostas dos participantes fica evidente que os estudantes têm poucas vivências da temática na aula de educação física, já que eles de um modo geral associam o processo de inclusão apenas à existência de um companheiro com deficiência, portanto, tendo uma visão limitada do processo inclusivo.

Como afirma Mantoan “A inclusão e suas práticas giram em torno de uma questão de fundo: a produção da identidade e da diferença” (MANTOAN, 2008,

p.33). Sendo assim, ela não deve fazer parte do cotidiano escolar em momentos esporádicos e ou quando um aluno com deficiência adentrar na escola, mas faz-se necessário que a temática faça parte de todo planejamento curricular para que, através do conhecimento, o processo de inclusão ultrapasse os muros da escola e impacte a sociedade em que os alunos vivem.

Percebe-se, ainda, a partir das respostas dos participantes, que há um grande número de alunos que acreditam que a inclusão esteja relacionada apenas à participação dos alunos na prática das aulas de educação física, como se observa nas falas dos participantes 02, 04 e 05 respectivamente: “Muitas pessoas não participam das aulas de Educação Física”, “Bem, é perceptível, quando os alunos que costumam não participar, eles se sentam lá no cantinho deles e outros sempre tentam incluir tais alunos, para participarem” e “Vejo que a maioria não participa das aulas, embora o professor estimule bastante a participação”. Os motivos que levam os alunos a não participarem das aulas são diversos e representam objetos de pesquisas.

O que se pode afirmar é que a busca por uma prática inclusiva na educação física deve ser um compromisso ético do docente e da comunidade escolar comprometida com um mundo que busca uma sociedade justa. E a Educação física, como componente curricular, deve assumir sua parcela de responsabilidade, afinal, é sua função fomentar e desenvolver a autonomia por meio de práticas corporais (BRASIL, 1997). Nessa lógica, ela pode promover a autonomia tanto de todas as pessoas, independente de suas limitações, mas para que isso aconteça faz-se necessário que o profissional lembre que sua aula influencia positiva ou negativamente a formação de seus discentes.

Portanto, a escola e o próprio docente tem que ter consciência de seu trabalho pedagógico, da sua intencionalidade e que não pode acontecer de qualquer forma. Evidentemente, ao nos referirmos ao processo de inclusão, torna-se ainda mais desafiador para escola e professor, devido ao processo histórico negacionista de direitos que marca a história da pessoa com deficiência na escola e no seio da própria sociedade, como explicado anteriormente.

A consciência desse desafio que é a inclusão no ambiente escolar é relatada pelo aluno 20 ao afirmar que “Percebo que na maioria das escolas é algo muito limitado”. Infere-se que ao colocar a palavra escola no plural, o participante amplia seu olhar para além da sua unidade escolar atual e faz uma análise de suas

experiências escolares anteriores e com sua própria comunidade.

A fala do participante interliga-se ao nosso próximo questionamento que se trata de identificarmos pontos facilitadores e dificultadores do processo inclusivo. Cabe salientar que a escola é por natureza um espaço de convívio entre as diversidades, e desta forma, a prática de um projeto inclusivo apresenta vários desafios para a escola e para os docentes como lembra Kelman

Entende-se que o ambiente escolar é um lugar de intensa diversidade, pois neste, há uma junção de várias características, hábitos, crenças e valores. Apesar de este ser constituído de uma pluralidade cultural, há um padrão instituído pela sociedade deixando de lado o multiculturalismo estabelecido nas unidades escolares” (KELMAN, 2010, p. 24).

Sendo a escola esse espaço que precisa pautar-se no acolhimento da diversidade, necessitamos identificar pontos fortes e fragilidades no processo. Assim, foi questionado aos participantes quais pontos percebiam no ambiente escolar e na disciplina de Educação Física que facilita ou dificulta a inclusão no ambiente escolar, e as respostas foram condensadas no quadro a seguir:

Quadro 04: Pontos que eles percebiam no ambiente escolar e na disciplina de Educação Física que facilita ou dificulta a inclusão no ambiente escolar

Facilitam	Dificultam
A estrutura da escola	A falta de empatia aos alunos com deficiência
A existência de rampas e chão adaptados	A vergonha, a timidez
A criatividade	Ações preconceituosas
Acompanhamento especializado	Preconceito
Aulas diferenciadas	Falta de conhecimento que gera o capacitismo, por exemplo.
Momentos promovidos pela escola sobre essa temática	A falta de respeito

Fonte: As autoras/Dados da pesquisa

Ao analisarmos as respostas dos participantes, pode-se observar que ao

referenciar os pontos que facilitam o processo de inclusão, foi citado pela grande parte dos participantes elementos estruturais da escola como rampas, banheiros adaptados, corrimão nas paredes. Evidentemente esses elementos são facilmente lembrados, pois fazem parte do campo visual. Porém, cabe aqui ressaltar algumas falas elencadas acima que relatam ações pedagógicas, a exemplo de momentos de rodas de conversas e seminários sobre a temática, além da criatividade do professor, como elemento fundamental para uma prática inclusiva. O fortalecimento desse processo requer do docente muito compromisso, criatividade e acima de tudo, planejamento e formação continuada, principalmente relacionada para a temática, já que a formação inicial não vem dando conta dessa demanda formativa.

Quanto às dificuldades, observa-se fortemente a presença do preconceito existente contra a pessoa com deficiência, o que além de gerar exclusão social, traz consigo o capacitismo, que pode ser definido como o preconceito e a discriminação que a pessoa com deficiência vive na sociedade, por ter sua existência relacionada à incapacidade e inferioridade, é como reduzir a pessoa à sua deficiência.

O que nos conduz à conclusão que, embora a luta por inclusão social tenha avançado bastante, ainda estamos longe de uma inclusão social na sua plenitude como nos lembra Maia

Apesar dos avanços representados pelo movimento social inclusivo já há mais de 10 anos, ainda há expressões de preconceito e exclusão quando se trata das pessoas com deficiências que nem sempre têm garantido, as melhores condições para uma vida social saudável digna do exercício pleno da cidadania em relação à educação, ao trabalho e também às relações afetivo-sexuais (MAIA, 2015, p. 71).

Tal pensamento ratifica a longa jornada que o processo de inclusão ainda precisará e essa caminhada é prejudicada bastante por um dos problemas citados pelos docentes: a falta de informação que gera muito preconceito. Cabe salientar que essas posturas negativas, preconceituosas com as pessoas com deficiências deixam marcas significativas em suas vidas negando a sua dignidade.

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (BELISÁRIO, 2005, p. 130).

Concorda-se com o autor que para a promoção desse ideal inclusivo é necessário que a escola e o docente possa se despir, muitas vezes, de suas crenças, preconceitos e hábitos, para que novos hábitos e valores sejam construídos, para que a aula citada pelo participante 15 aconteça, quando fala: “As atividades são bem dinâmicas e abrangem todos os tipos de pessoas”. Essa perspectiva dialoga com o processo educativo comprometido com a cidadania e com a formação da sociedade democrática e não excludente deve necessariamente promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. (RCNEI's, 2002, p.35).

A educação física inclusiva deve ter como eixo o aluno, para que se desenvolvam competências e condições igualitárias, buscando, portanto, estratégias para dirimir a exclusão ou segregação. (AGUIAR; DUARTE, 2005). A partir dessa ideia, torna-se coerente percebermos e analisarmos como os docentes conseguem visualizar a inclusão na disciplina de educação física. DesSa forma foi questionado a eles: você consegue perceber nas aulas de Educação Física momentos e atividades que promovem a inclusão e a empatia com as pessoas com deficiências?

A maioria das respostas são conclusivas em afirmarem que não percebem a existência na aula de educação física de momentos de inclusão como percebe-se nas falas dos participantes como afirmam os participante 12: “Sinceridade não, por isso dei dicas na segunda questão” ;o participante 13 acrescenta que “Não Muito, sempre são as mesmas pessoas sentadas sem participar” e é ratificado pelo participante 15 “ Eu não vejo muito isso, mas têm aulas que tem como objetivo você aprender a ter empatia com o próximo”.

Fica evidente que práticas inclusivas no cotidiano apresenta-se ainda como um grande desafio, ou não são perceptivas aos discentes, o que nos conduz a reflexão que se queremos realmente uma escola inclusiva e com visibilidade nas ações, é necessário mudarmos as práticas pedagógicas e a forma de comunicação tanto dentro de sala de aula como para comunidade externa, uma vez que os discentes não conseguem identificar essas ações vivenciando o cotidiano escolar, muito menos a comunidade externa.

Outro fator importante nessa resposta desse item foi a relação entre o conceito de inclusão estar sendo sinônimo de participação de todos. Evidentemente que o aluno deficiente incluso ele participará, porém especificamente no que se refere às respostas dos discentes, eles associaram a busca dos docentes em incluir

alunos sedentários em atividades físicas durante suas aulas de educação física.

Observa-se, ainda, um grupo que associa práticas inclusivas apenas necessárias se houver no grupo um deficiente como afirma os participantes 20 e 25 respectivamente: Participante 20: “Pelo fato de nossa turma não ter nenhum aluno com certo tipo de deficiência, sempre optamos por atividades que muitas vezes podem não incluir de maneira favorável pessoas com deficiências”. Participante 25 : “Na minha sala não, pois não há pessoas com deficiência.”

Logicamente essa visão dos alunos torna-se coerente com o grau de conhecimento sobre a temática e da própria leitura do momento histórico que vive marcado pelo individualismo, característica do modo de produção capitalista, e refletida no cotidiano da sociedade que reproduz uma sociedade que não se responsabiliza por problemas coletivos.

Recorremos a (BAUMAN, 2008) e seu conceito de sociedade líquida, o qual enfatiza que na sociedade capitalista, marcada pelo consumismo, não são apenas os produtos que se desgastam rápido, mas também, as próprias relações humanas. Sendo assim, o olhar preocupado e comprometido com o bem-estar das outras pessoas acaba ficando em segundo plano.

Dessa forma, cabe à escola trilhar um caminho que fuja desse modelo de sociedade e que estimule o comprometimento social dos docentes com causas minoritárias, contudo, para que isso aconteça Tajra (2001) enfatiza dois pontos de fundamentais importância que a escola e os docentes devem assumir:

Aprender a aprender: cabe ao educador provocar perturbações, desequilíbrios e limitar o próprio desequilíbrio por meio de situações-problema que devem ser superadas pelos alunos e por fim construir seu conhecimento, sua aprendizagem. [...] Educador educando: o educador está sempre aprendendo; ele passa a assumir um papel de pesquisador que está sempre em processo de mudança e de aquisição de novos estágios do saber. (TAJRA, 2001, p. 37).

Concorda-se com a autora que é função da comunidade escolar tirar os docentes de sua zona de conforto e proporcionar momentos de aprendizagem e leitura do mundo e de suas demandas sociais, a partir da leitura do mundo em que vive, e nesse sentido, a disciplina de educação física deve assumir como responsável por essa reflexão, pois ela não pode ser vista ou primar apenas pela prática, como bem afirma o professor João Batista Freire, “desenvolver a motricidade não é apenas apresentar maior rendimento em determinadas habilidades (...); bem

mais que isso, significa adquirir melhores recursos para se relacionar com o mundo dos objetos e das pessoas”. FREIRE, 1989, p.20)

Dando continuidade às reflexões iniciais os alunos foram indagados como os exercícios físicos podem contribuir com o processo de inclusão. Sobre esse tema o participante 14 relatou: “os exercícios físicos contribuem tanto para o desenvolvimento físico, quanto mental. Então, ao fazer atividade física a pessoa com deficiência melhora em todos os aspectos e sente-se pertencente ao grupo”. Com esse mesmo pensamento o participante 30 afirma que: “Pode contribuir com o processo de inclusão, respeito, empatia e valorização das diferenças” e o participante 22 contribui com o pensamento que: “Ajudam a fazer a tirar essas pessoas do sedentarismo, pois muitas vezes se sentem impossibilitadas de fazer exercícios por conta de suas deficiências”.

É nítido que os discentes tem consciência da importância dos exercícios físicos para a promoção da saúde e bem-estar dos indivíduos, em especial para as pessoas com deficiência, o que nos chama atenção nas respostas dos alunos é o conhecimento que apresentam sobre a contribuição do exercício físico para além do aspecto motriz, fazendo referências ao desenvolvimento social, emocional e espiritual do ser humano. Por meio do exercício físico, pode-se inferir que mesmo sem conhecimento filosófico e teórico, os participantes têm percepção que o ser humano se desenvolve na sua totalidade e não de forma fragmentada.

Dessa forma, depreende-se que o exercício físico torna-se ferramenta fundamental para o processo de inclusão social, como reforçam Noce, Simim e Mello (2009):

De modo geral, os portadores de deficiência física ou de qualquer outra deficiência obtêm efeitos positivos para a saúde física, mental e social pela prática regular de atividades de lazer ou desportivas adaptadas, tenham estas finalidades competitivas ou não embora se saiba que sua participação em atividades físicas regulares seja inferior à da do restante da população(3).

Portanto, fica evidente que a prática de exercícios físicos promove vários benefícios para todos seres humanos independente de suas condições físicas, da mesma forma a sua ausência acarreta problemas em diferentes eixos da vida humana. Nessa linha de raciocínio Haddad et al e Silva afirmam que os deficientes físicos, da mesma maneira que população em geral, alteram os seus hábitos de vida através do exercício físico.

Por fim, ressalta-se algumas respostas que enfatizam a importância da

atividade física como fator de socialização, enfatizados pelos participantes ao trazerem falas como: participante 20: “Ajuda as pessoas a se adaptarem aos colegas e a própria escola”, participante 22: “A atividade física é um ótimo fator para a socialização e para que o indivíduo inclua-se em algo”. E participante 25: “Pode contribuir na promoção da saúde, socialização dos indivíduos, participação das pessoas com habilidades diferentes e até mesmo fazer com que elas se sintam melhores consigo mesmas”.

Reforçando a linha de raciocínio dos discentes, Labronici et al enfatiza que a prática esportiva para pessoa com deficiência é um mecanismo facilitador da inclusão na sociedade. Nesse sentido, as falas unem-se, a dos participantes e do autor e mediante a tantos exemplos de vidas exposto no movimento paralímpico que o esporte é uma ferramenta social e contribui positivamente para a aceitação do indivíduo e de sua condição e sua inserção na sociedade.

Para finalizarmos esse momento de coleta dos conhecimentos prévios dos participantes da pesquisa, focou-se nos jogos adaptados, por acreditar que eles conseguem promover a inclusão de pessoas com deficiência na aula de educação física e, ao mesmo tempo, com as pessoas sem deficiência, além de possibilitar a vivência dos deficientes.

Para conceituarmos os jogos adaptados, faz-se necessário recorrer à definição de Fanali (1981 apud Araújo 1997, p.4) ue afirma:

Atividades específicas de emulação na qual se valorizam intensamente as formas de praticar os exercícios físicos para que o indivíduo ou um grupo, chegue ao aperfeiçoamento das possibilidades morfo-fisiológicas e psíquicas, concretizando em recorde ou uma superação de si mesmo ou do concorrente. Podemos entender como sendo a prática sistematizada de uma atividade esportiva.

Ao refletir o conceito do autor fica nítido que todas as atividades podem e devem ser adaptadas para diferentes tipos de deficiência, cabe ao professor unir criatividade, conhecimento específico das tipologias de deficiência e, logicamente, conhecimentos específicos da disciplina. Nesse sentido, foi questionado aos participantes: Qual seu conhecimento e/ ou vivência sobre esporte adaptados?

Ao analisarmos este item, ficamos surpreendidos com as informações coletadas, pois ficou evidente a necessidade da inclusão dos jogos adaptados no arcabouço das aulas de educação física, visto que apresentamos 41% dos participantes não conheciam a temática, o que significa que nunca foi trabalhado em

toda educação básica até o presente momento, ou foi feito de um modo não muito significativo para os discentes. Esse fato reforça a necessidade e a importância de colocarmos dentro de nosso produto educacional essa temática na pauta.

Os demais alunos, que responderam que conheciam, demonstraram conhecimento superficial sobre o tema, e que seu conhecimento foi principalmente pela tv e algumas atividades específicas e de forma esporádica na aula de educação física, como mostra o relato dos alunos: participante 12: “São esportes amplos que visam o conforto e o bem-estar daqueles que não são considerados normais”. Participante 16: “O esporte adaptado contribui muito para pessoa com deficiência na sociedade e trazem benefícios a melhor aceitação da deficiência”. Participante 21: “Vejo na Tv: corridas de pessoas com cadeiras de rodas, pessoas sem membros andando de skate, acho muito radical, já assistir uma competição dessa e amei”.

Como comprovam as falas há, por parte dos participantes, um conhecimento supérfluo que necessita ser ampliado. Afinal, como dito anteriormente, o conhecimento favorece o processo de inclusão de alunos com deficiência:

A participação de alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física é possível a partir de pequenas adaptações, através das quais as interações ocorrem independentemente das limitações que o aluno apresenta, possibilitando-lhe a inclusão (DUTRA; SILVA; ROCHA, 2006).

Evidentemente os esportes adaptados não são a fórmula pedagógica mágica para a implementação da inclusão, porém acredita-se que são ferramentas pedagógicas necessárias para a participação e vivência da empatia, aliado a outras ações pedagógicas que ajudaram a promover a inclusão no ambiente escolar e por consequência na própria sociedade.

5.2 Análise e entrevista ao professor

Neste momento da pesquisa outro ponto importante foi analisarmos a visão do docente da disciplina de Educação Física sobre o processo de inclusão e para isso a ferramenta utilizada também foi a entrevista. Primeiramente foi questionado qual a visão dele sobre o que é inclusão. O profissional afirmou que inclusão é “Incluir, participar, ajudar ao próximo a sua inclusão, é um direito inegociável da pessoa com deficiência”.

Pode-se inferir, a partir da fala do docente, que percebe a inclusão como

algo necessário e que ultrapassa a esfera do conhecimento cognitivo, que acima de tudo deve ser uma prática afetiva amorosa e constante. Como ressalta Paulo Freire (2004) a ação docente deve ser acompanhada de amor, e quando se fala de inclusão, essa amorosidade acompanhada de responsabilidade e compromisso com a aprendizagem, deve ser ainda mais evidenciada. Afinal, como afirma Brasil (2018) a educação inclusiva ainda é grande desafio no cotidiano escolar,

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1)

A busca pela garantia dos direitos e de uma pedagogia acolhedora, significativa e inclusiva apresenta grandes desafios em todas as esferas educacionais, exigindo do docente e do próprio sistema educacional uma adaptação curricular e um novo fazer pedagógico.

Em seguida, sugeriu-se que o docente refletisse sobre o processo de inclusão no âmbito da sua disciplina e como a educação física poderia contribuir enquanto componente curricular. Ele então expôs:

“A inclusão na Educação Física deve ser obrigatória, realista e fervorosa. Todos que trabalham na escola, principalmente na Educação Física, devem ter consciência e estudo para não deixar nenhum aluno fora das aulas, do meio participativo de uma aula, desde o início ao final”.

Pode-se destacar na fala do professor refelete a consciência sobre a importância e a necessidade da inclusão acontecer de forma real e não apenas de forma legal, exposta em documentos legais como Plano de Curso ou de Disciplina, mas acima de tudo, deve-se manifestar-se no chão da sala de aula, no cotidiano através da ação planejada por meios dos conteúdos factuais, procedimentais e atitudinais (ZABALA, 1998). Ainda pode-se enfatizar na fala do docente a importância da Educação Física como promotora e estimuladora do processo de inclusão. Sobre essa responsabilidade Oliveira afirma que as aulas de Educação física devem propiciar aos alunos através de atividades corporais uma atitude construtiva com pessoas com deficiência, possibilitando uma atitude de respeito, aceitação e solidariedade. (Oliveira, 2002)

Cabe neste momento, esclarecermos que colaborando com o autor e com o participante da pesquisa, ressalta-se que a Educação Física se apresenta como um

importante componente no desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social do indivíduo, através de suas unidades temáticas e principalmente do compromisso social do docente em ajudar na formação de “um novo ser humano” (ANTUNES, 2016) comprometido com a sua mudança pessoal e com a construção de um mundo melhor e mais justo.

Foi indagado ao professor participante sobre as possíveis dificuldades e facilidades no seu cotidiano escolar para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva, sobre esse tema o quadro abaixo sintetiza o pensamento do docente.

Quadro 05: Pontos que facilitam ou dificultam o processo de inclusão na escola visão do docente

Facilitam	Dificultam
• Ajudar a desenvolver habilidades sociais, como a cooperação, a empatia e o respeito mútuo, além do estudo permanente das necessidades de alguns alunos. • Brincadeiras de fácil compreensão e ajuda nesse momento. • Atuação de agentes facilitadores (podem ser outros alunos da sala) • Participação com diálogo dos pais sobre alguns alunos especiais.	• Alunos com especialidades (sem laudo ou falta de ajuda de pais) • Falta de estudo e capacitação de proficiência • a má formação dos professores, culminando em dificuldades na prática pedagógica, e a estrutura física.

Fonte: as autoras

Analisando os pontos que facilitam, observa-se que ganha destaque o fato que a disciplina de Educação Física tem em sua gênese um arcabouço metodológico natural, já que está presente de forma significativa na vida dos alunos por meio principalmente de jogos e brincadeiras vivenciadas na infância. Ainda se destaca a possibilidade de estimular a resolução de problemas e protagonismos juvenis, por meio da vivência de atividades físicas.

Sobre os desafios encontrados foram relatados alunos sem laudo, o que dificulta um acompanhamento e planejamento de atividades físicas personalizadas, respeitando as individualidades dos alunos. Outro ponto em destaque foi a falta de processos formativos continuados sobre essa temática. Diante desse prisma,

ressalta-se que a fragilidade na formação docente para atuação ao atendimento da pessoa com deficiência não está presente apenas na formação continuada, ele apresenta-se já na formação inicial, embora Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica afirmem que é dever dos currículos abordarem a temática.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. § 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais àqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especiais adequados ao desenvolvimento de competências [...] (BRASIL/MEC/SEESP, 2001, p.5).

Observa-se que ela acontece de forma superficial exigindo dos futuros docentes compromisso com sua formação continuada, além de exigir das redes de ensino e da própria escola, ações formativas para complementar a formação inicial. Cabe esclarecer que mesmo que a formação inicial fosse de excelência, ainda assim ações de formação continuada seriam necessárias. Sobre a necessidade de um professor capacitado para garantir uma aprendizagem de qualidade ao aluno com deficiência, Bueno (2010) corrobora

que se deve ter em mente é que para a inclusão de crianças com necessidades educacionais no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquira conhecimentos e desenvolva práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educacionais especiais

Ainda foi questionado sobre as ações metodológicas que o professor utiliza na sua prática docente que promovem a inclusão nas aulas de educação Física, ele afirmou : “fazer estudo, planejamento e buscar metodologias diferentes para sua prática pedagógica, usando o acolhimento, ajuda dos próprios alunos e realizar sempre atividades alternativas, sempre ter um segundo plano”. A visão do professor permite-nos destacar o compromisso com o planejamento das aulas e a busca pelo conhecimento de novas metodologias que possam ser executadas no desenvolvimento das aulas, para que a inclusão seja promovida e vivenciada por todos os alunos.

Segundo Galery, Augusto (2023), as mudanças mais importantes em uma

escola para que se torne inclusiva são pedagógicas. Partindo desde alterações sobre os objetivos dos aprendizados até a forma como se ensina. O professor não pode querer que todos aprendam da mesma maneira, no mesmo momento e ritmo. Por isso, adaptações são necessárias para que todos os estudantes, os com deficiência e os sem, tenham a oportunidade de aprender.

Cabe ao professor buscar estratégias que usem estímulos e habilidades diferentes para o aprendizado, de maneira a colaborar com uma escola e aulas cada vez mais inclusivas, onde todos se sintam motivados e acolhidos, com a visão e compreensão que a escola é de todos e para todos.

No questionamento final feito ao professor buscou-se saber com que frequência utiliza atividade física de caráter inclusivo, em que haja a participação de todos os alunos. Ele relatou: “sempre que preciso, quando vejo alunos que apresentam alguma dificuldade em participar da dinâmica da aula”.

Sobre esse relato, sentimos e reconhecemos que professores e gestores são a peça-chave para as mudanças necessárias para a inclusão na escola. Por isso, precisam ter uma formação básica que os prepare para essas situações, além da formação continuada – onde terão a oportunidade de pensar e planejar atividades diferentes para cada caso.

Galery (2003) destaca a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de formação dos docentes, que foram paralisadas e pouco incentivadas pelo Ministério da Educação nos últimos quatros anos.

5.3 Descrição do Produto Educacional por encontros

Houve o contato inicial com a escola, apresentando o tema da pesquisa a direção, coordenação pedagógica e professor da disciplina, que desde o início demonstraram interesse pela temática em questão, a Inclusão nas Aulas de Educação Física. Neste momento ouviu-se a escola, algumas de suas demandas sobre a temática, dificuldades encontradas, por falta de recursos junto ao Governo do Estado, para melhor desenvolver uma escola mais inclusiva, já que de forma geral a escola tem no seu quadro de matrícula alunos que apresentam diversas deficiências, segundo a diretora relata, a escola necessita de mais recursos.

Foi um momento de diálogo e desabafo da escola sobre a temática, em que o trio avaliou a temática muito necessária pra ser trazida e discutida com a turma.

Logo após esse momento de diálogo, apresentei a proposta de trabalho que seria para turma de 1º ano do Curso de massoterapia, discutimos sobre como seria a dinâmica de aplicação do produto, desde a carga horária que seria necessária à aplicação pedagógica do produto educacional.

Após o relato apresentado por mim sobre a pesquisa e produto educacional, a escola (Diretor, coordenação pedagógica e professor) sugeriram que para o bom desenvolvimento da dinâmica da atividade que escola e a turma apresentavam naquele período, que seria mais viável que fosse aplicado na turma de 1º Ano, mas do curso de Administração, devido à carga horária para aquele período ser mais adequada ao encaixe do trabalho que eu iria desenvolver. Prontamente entendi e aceitei a indicação que a escola me propôs, para um melhor desenvolvimento das ações que estava propondo.

1º ENCONTRO - CHECK: IN: primeiros passos

Tive o contato inicial com a turma de 1º Ano do Curso de Administração, uma turma composta por 44 alunos, sendo 30 do sexo feminino e 14 do sexo Masculino. O professor me acompanhou e fui apresentada à turma.

Em seguida falei sobre o Mestrado que estava cursando, resumidamente para que entendessem como se desenvolveria o processo da Pesquisa e aplicação do Produto Educacional. Após expliquei sobre o TALE, o termo que seria necessário para darmos início ao processo da pesquisa, que levariam pra casa para que os pais tomassem conhecimento e liberassem a participação deles, com a compreensão de todos darmos seguimento.

Posteriormente foi apresentada a metodologia de trabalho, as possíveis contribuições da pesquisa, ressaltando a importância dos participantes como atores e não apenas expectadores do processo. Expliquei sobre a entrevista que iriam responder, iniciariamos com uma entrevista semi estruturada com 6 questões abertas, as quais iriam responder questões sobre a Inclusão. Todos os presentes em sala aceitaram participar e colaborar com aquele momento, ao final de todo o processo também responderiam questões iguais e/ou diferentes, sobre a Temática Inclusão, mas agora com a visão pós aplicação do produto educacional que fora proposto.

Após a conclusão, trago a explanação do que seria Inclusão, como se deu esse processo histórico até os dias atuais, passando pelo processo tanto social como educacional. Após trago a discussão para turma com os seguintes questionamentos:

- Educação Inclusiva:
- Estamos preparados?
- Quando estaremos?
- O que fazemos enquanto nos preparamos?
- O que fazer com as diferenças?
- O que cabe ao professor fazer?
- Qual o papel da escola?

E abrimos a discussão desses itens, onde os alunos iam colocando seus conhecimentos e pontos de vistas, sobre cada um desses questionamentos, a turma bastante participativa e alguns apresentavam uma boa visão sobre a temática, tornando o momento de diálogo bem participativo e dinâmico.

2º ENCONTRO - conhecer para incluir

Para esse encontro dou início com a avaliação verbal do que os alunos aprenderam do encontro passado, o que chamou atenção, quais conhecimentos eles absorveram, sobre a temática. Os participantes alunos se posicionaram sobre a importância de conhecer a história da inclusão, que é uma luta bem antiga e reconhecem que a escola tem evoluído bastante nesse quesito, mas que muito ainda precisa ser mudado para que os alunos que apresentam algum tipo de deficiência seja ela física, mental, ou de qualquer outra forma, conheçam seus direitos e lutem para serem colocados em prática, que seja contrário à história apresentada, onde muitos sofriam e eram até mesmos sacrificados simplesmente ao nascerem e apresentarem alguma limitação, sem terem o direito de viver.

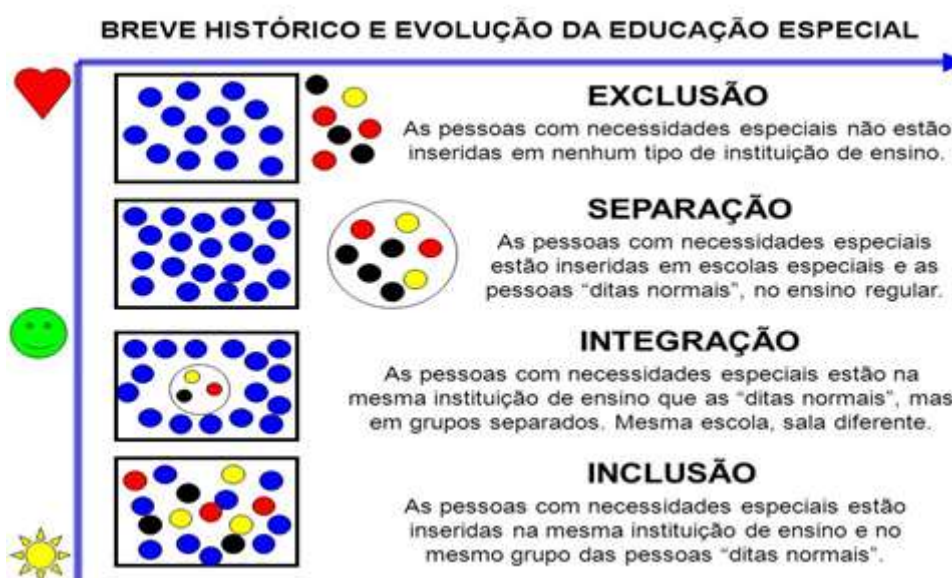
Entendemos que para efetivar esta prática e, conseqüentemente, a inclusão, o primeiro passo é não excluir ou segregar pessoas com deficiências, como muito já foi feito, para isso apliquei uma dinâmica com os seguintes conceitos: Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão.

Logo após para darmos início ao nosso estudo, trouxe como atividade uma dinâmica chamada ciclo fechado, em que divido a turma em dois grupos, uma parte

fica dentro da sala a outra fora e apresento os comandos que cada uma irá realizar. A dinâmica tem como objetivo mostrar as dificuldades encontradas por alunos na escola, ao tentar fazer parte de um determinado grupo, em que um ciclo se fecha totalmente e não dá espaço para que outros entrem. O grupo de fora forçará de todas as formas, para entrar no grupo, fazer parte. Após a quebra de barreiras os grupos colocaram como se sentiram, que sentimentos eles trazem, com aquele momento, trazendo pra realidade de sala de aula, dentro do contexto do seu dia a dia.

Alunos relataram quem em muitas atividades sentem-se excluídos, por atividades e pessoas (alunos) que não aceitam sua participação, por exemplo, em um determinado jogo proposto. Se tem alguém mais fraco, com pouca habilidade, alguém mais forte ou que apresente outra dificuldade. Esses sempre têm o círculo fechado, para eles adentrarem, fazendo com que muitos não participem das atividades, em que muitos já capacitam alunos, sem dar-lhes a oportunidade de participarem e mostrarem sua habilidade dentro da atividade proposta.

No segundo momento iniciamos com a discussão sobre as pessoas com deficiência. Foi ressaltado que o comportamento das sociedades frente à pessoa deficiente é bem diferente ao longo da história humana. Trazemos e fizemos um resgate dos conceitos que acompanham a evolução do processo de inclusão na escola. Para identificar esses quatro conceitos, será distribuída uma imagem com os conceitos em forma de imagem (exclusão, segregação, integração, inclusão), os alunos deverão classificar de acordo com seus conhecimentos prévios. Foi entregue a cada aluno uma folha com definições para conhecimento prévios dos alunos.



A partir da imagem os alunos iriam testar seus conhecimentos sobre as palavras acima descritas, na determinação de 3 minutos para que todos respondessem. Recolhemos a folha e depois fomos aferir os gabaritos, questionando cada conceito, em que todos participaram, verbalizando suas respostas e tirando suas devidas dúvidas, quando existiam.

Para melhor compreensão desse momento e dos conceitos já discutidos foi apresentado um vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=Hzd-cikWml>. Para finalizarmos, realizamos a avaliação de forma verbal em que todos discutiram os pontos do filme, associando ao contexto estudado.

Conhecer a trajetória do processo de Inclusão nos trará um maior entendimento do que acontece atualmente na sociedade. Percebemos que as dificuldades sempre existiram, mas nunca fomos tão inclusivos como nos dias atuais, embora ainda tenhamos muito a fazer.

3° ENCONTRO : CAPACITISMO: como evitar e combater o preconceito.

Capacitismo. O que é? Definimos um conjunto de atitudes preconceituosas que discriminam e subestimam a capacidade das pessoas com deficiências apenas pela sua aparência e acrescentam ainda não somente aos deficientes (físicos, mentais, entre outros), mas todos os alunos que impedimos de participar de qualquer atividade, julgando-o por sua aparência, em que limitamos de mostrar suas habilidades. Os alunos entendem que cada um pode contribuir com algo, e quando nos abrimos para essa visão, a atividade se torna mais participativa e prazerosa, pois todos contribuem com seu desenvolvimento.

Logo após foram entregues imagens de dois atletas, para que pudessem observar e interpretá-las. Uma imagem apresentava uma pessoa com deficiência e a outra uma pessoa sem deficiência. Ao observarem as imagens alguns questionamentos foram feitos sobre os dois, para que os alunos refletissem. As perguntas tecidas questionavam sobre as características pessoais, desempenho físico, sobre reconhecimento pessoal e na área esportiva, sobre destaque na mídia. Indagava, ainda, sobre qual serviria de inspiração e dessa forma o tema capacitismo foi sendo revelado e se tornando presente neste contexto e as discussões foram acontecendo.

Para o segundo momento foi proposto um vídeo intitulado: precisamos falar

sobre capacitismo de Rosana Bastos. Logo após, fizemos um debate do que assistimos, por meio da dinâmica do repolho, em um círculo onde se tinha uma bola feita de papel com diversas questões relacionadas ao vídeo e todos iam participando.

No terceiro momento, após a discussão sobre deficiência, num contexto geral, trouxemos algumas práticas corporais, sempre relacionadas ao tema inclusão nas aulas de Educação Física. Essas atividades foram feitas com alunos caracterizados, simulando alguma deficiência, com o objetivo do aluno entender como se dá o processo de inclusão do aluno com limitação nas aulas. Entendo que quando bem orientada e todos os demais cientes da participação de todos, de forma integral, a atividade pode ser ofertada a todos, com os cuidados devidos, para que através da boa orientação e planejamento todos possam ser e se sentir incluídos nas práticas pedagógicas propostas.

A dinâmica iniciou com todos sentados em círculos e de olhos fechados, com uma música, eu ia falando os movimentos e todos iam executando somente o que ouviam. No segundo momento, metade da turma ficava de olhos abertos e a outra metade fechados, novos movimentos de aquecimentos eram ditos e todos executavam. Após esse momento refletimos sobre como cada um se viu diante da dificuldade que era proposta. Alguns falavam que era difícil coordenar os movimentos quando estavam de olhos fechados, que as noções de lateralidade eram difíceis de realizar, pois que ficava confuso discernir. Ao fazer movimentos de pular ou levantar e sentar não sentiam confiança para realizar, o que os permite reconhecer que para uma prática assim, os demais alunos precisam ser mais compreensivos, usando o silêncio, pois isso dificultou a dinâmica, oportunizando que enxergassem quem tem dificuldade e que é preciso colaborar com o processo de inclusão. Atividades dessa natureza são necessárias para que eles aprendam a respeitar mais os outros e suas limitações.

Esses momentos de avaliação sempre trazem muita riqueza na fala de cada um, e muitas contribuições são necessárias para o melhor desenvolvimento e atenção ao planejar uma aula de Educação Física, hodiernamente, e jamais subestimar os alunos, eles têm e demonstraram uma percepção gigantesca sobre essa temática e que ela precisa ser cada vez mais estudada e difundida dentro das aulas.

4º ENCONTRO: quando perdemos o direito de ser diferentes, perdemos o direito de ser livres: os tipos de deficiências.

Para este encontro buscamos realizar uma roda de conversa para promover a conscientização, através da explanação teórica\prática sobre pessoas com deficiências, assim como, sobre a importância da inclusão na educação física da pessoa com deficiência, com os quais trabalhamos as atividades, direcionadas a todos, em que percebemos que com um planejamento adequado todos os estudantes quando bem orientados, podem participar de todas as atividades propostas na aula.

Entendemos que não são as deficiências que determinaram o que os estudantes podem realizar, mas sim as estratégias usadas nas aulas, com técnicas adequadas e adaptadas, garantindo que todos possam participar de forma significativa e segura. Devemos promover a reflexão contínua sobre práticas inclusivas na educação física, incentivando alunos e professores a avaliarem suas experiências e buscarem melhorias que promovam uma abordagem mais inclusiva no futuro.

Dando continuidade a esse momento, realizamos uma atividade inclusiva e acessível, trabalhando a expressão corporal, para estudantes com mobilidade limitada. A dança sentada em círculo para acordar o corpo será composta por todos os alunos, cada um vai colocar um gesto e todos vão repetindo, acrescentando sempre um movimento de forma voluntária.

Primeira análise de trazer a dança sentada é desmitificar o conceito que somente se dança em pé, que sentados podemos trazer diversos elementos que dão riqueza, ritmo e beleza ao movimento, com pequenos e grandes gestos, tornando um todo alegre e prazeroso.

No segundo momento, todos ainda em círculo, um bloco de alunos fica sentado e outro em pé. A turma sentada fará os movimentos que a turma que está de pé irá repeti-los, depois faremos o contrário. Ao final todos irão refletir sobre a atividade, dificuldades, o que achou positivo, se todos podem dançar, que conceitos eles trazem de aula de dança, se trouxe inclusão. Relatos dos alunos “Não sei dançar, mas fiz dança”. “Dançar é liberar o corpo”. “É nem sempre fazer movimentos iguais e repetitivos”. “É se soltar, é deixar a imaginação viajar”. “É ver que qualquer um de nós pode dançar sentado ou em pé, mesmo apresentando

ritmos diferentes”. “Que dançar vai além de coreografar, é simplesmente deixar o corpo viajar e se libertar”. “ E o melhor, tia (forma carinhosa de acolher), todos participaram, uns mais tímidos e uns mais alegres, mas faz parte”.

3º MOMENTO: jogo de estafetas

A turma foi dividida em 04 (quatro) filas e a frente tinha duas fileiras de cones, vai saindo um de cada lado, para realizar as ações que serão pedidas. Nessa atividade foram colocadas várias situações para que pudessem participar de forma integral. Seguem abaixo os comandos que serão passados para que os alunos realizem:

1. Corrida individual entre os cones um derruba o cone o que vem atrás levanta;
2. Corrida em trio fazendo cadeirinha em que um aluno ia sentado nos braços de dois;
3. Corrida em dupla um ia com olhos vedados e o colega guiando;
4. Corrida em dupla sem soltar a mão conduzindo a bola com o pé;
5. Corrida em dupla sem soltar a mão cada um quicando uma bola;

Ao final, sentamos pra discutir sobre as situações que foram colocadas a serem desenvolvidas, segue o que os alunos pontuaram sobre o momento:

Na primeira atividade os alunos destacaram a atenção e o cuidado, “Colocamos os mais velozes para irem à frente e para não se machucarem, buscamos um bom desempenho para a equipe. Ao ser questionado se excluíram alguém, relataram que não, pois “Planejamos na equipe quem iria desenvolver cada ação, sem ninguém ficar de fora”. Na corrida em trio, “formamos o trio pensando em quem seria mais fácil levar, mesmo com a dificuldade da cadeira humana desmontar. Na corrida em dupla com olhos fechados, quem fechou o olho, entendeu a responsabilidade que o outro tem, e a própria confiança que o colega passou ao ser conduzido: “mesmo sentindo medo no momento de cair”, mais houve uma troca de confiança. Nos itens 4 e 5 “reconhecemos o quanto precisamos um do outro para realizarmos uma atividade e que juntos podemos sermos melhores, aprender a entender o outro, que um é mais lento, menos habilidoso, mais que também se chega no objetivo final, precisa respeitar o tempo de cada um e isso foi bem positivo, para as duplas”.

Ao final todos se sentiram animados e incluídos na atividade e que a

competição se tornou saudável, pois todos se divertiram. Ressalta-se que todas as equipes apresentavam as mesmas limitações, mas que cada uma deu seu melhor para realizar a dinâmica proposta da atividade.

Percebi, ainda, todos os sentimentos envolvidos nesta dinâmica: o medo, a satisfação, a alegria, o contato com o novo, o inesperado. É uma turma que se ajuda e que o processo de inclusão que tanto debatemos em nossos encontros surgem nos pequenos gestos que o grupo apresenta. A partir do momento que apresentam-se sendo compreensíveis, estimulando o outro, se colocando no lugar do outro, tendo empatia. E o mais importante são os próprios alunos resgatando, entendendo e trazendo para a vivência prática aquilo que debatemos na teoria sobre inclusão, elementos foram utilizados durante o desenvolvimento das dinâmicas.

4 º momento: ATIVIDADE TIRO SAI PELA CULATRA

A turma foi dividida em 4 grupos, para cada grupo foi entregue papel e caneta. A orientação é que cada grupo escreva 5 atividades dentro da Educação Física para a equipe opositora possa realizar; o professor recebe a escrita de todas as equipes e dando continuidade explica o mistério, cada equipe irá realizar o que escreveu. Todos, no momento, demonstraram estar surpreso e riram, mas todos realizaram suas ações.

Avaliando esse momento o que eles sentiram (alunos): “sempre desejar para o outro aquilo que você desejar pra você”. “Ter empatia, ser solidário, entender que não devemos dificultar a vida do colega”. “Que existem momentos ruins que podem ser evitados”. “Que devemos ajudar uns aos outros e não devemos dificultar a vida do próximo”. “Que devemos sempre pensar no próximo, que a atividade deve ser planejada pensando em todos”. “E que deve ter elementos pra melhor desenvolver as práticas”.

5º ENCONTRO: CHE CK- OUT: o que aprendemos ?

Iniciou-se enfatizando sobre a importância da entrevista final, que é uma oportunidade de celebração de tudo que foi alcançado por todos nós que fizemos parte desses encontros, mas em especial aos estudantes que foram os atores principais desse processo.

Destacamos que cada palavra compartilhada, cada pensamento expresso, contribuiu para um quadro mais completo e significativo do fenômeno investigado, reconhecendo e valorizando o tempo, a energia e a generosidade que cada um dos participantes dedicou a este processo. Além disso, esta entrevista final marca um ponto de partida para a próxima fase da pesquisa . Suas contribuições serão cuidadosamente analisadas e interpretadas, guiando-nos na elaboração de conclusões e insights que esperamos ter impacto no campo em que estamos trabalhando.

Como atividade proposta inicialmente na nossa sequência didática , realizamos a entrevista final semi estruturada , de forma escrita, ressaltando a oportunidade de compartilhar reflexões pós aplicação do produto educacional. Para avaliação escrita final foi distribuído vários posttiche aos estudantes para que escrevessem palavras ou frases, avaliando a SD, por fim e de forma voluntária, iriam justificar a sua opinião para o grupo e colar o posttiche num painel avaliativo.

A avaliação verbal de todos os encontros realizados destacaram a gratidão, o conhecimento, a dinâmica dos encontros e pediram por mais momentos assim nas aulas. Desejaram “que você volte mais vezes”, que falar e viver a inclusão é uma necessidade; “a escola precisa melhorar mais seus espaços”; “por aulas mais dinâmicas”; “que sejamos mais solidários, empáticos”; “respeitar as diversidades”; “respeitar as limitações”; “todos somos capazes”; “valorizar o colega, entre outros”.

5. 4 - Análise entrevista Final alunos

Sabe-se que os mestrados profissionais têm como característica e contribuição acadêmica a elaboração de um produto educacional que deve ser aplicado e validado pelos participantes, segundo Brasil

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (BRASIL, 2019a, p. 15).

Sob essa lógica, foi elaborada e aplicada a Sequência Didática - SD a qual é definida por Zabala como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e

articuladas para realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecido tanto pelos professores como pelos alunos” (Zabala, 1998, p.18) Posterior a sua aplicação já descrita foi aplicada uma entrevista com os participantes para avaliação e validação do produto educacional.

Foram aplicadas 7 perguntas aos participantes que serão apresentadas em uma síntese das respostas dos docentes sobre a contribuição da SD no seu processo de formação humana e conscientização de um mundo melhor e mais inclusivo. A primeira pergunta feita aos docentes foi a seguinte: na sua opinião a Sequência Didática leva em consideração as características individuais dos alunos como habilidades físicas, emocionais e cognitivas?

Essa pergunta tinha como intuito analisar como o produto educacional ajudava a perceber o ser humano além do aspecto motriz, visto que infelizmente a disciplina de educação física, durante muito tempo era vista apenas como responsável pelo motor, negando assim toda contribuição que os conteúdos da disciplina têm no desenvolvimento integral do ser humano.

Principalmente, quando nos referimos ao ensino médio integral, tendo o trabalho ontológico como princípio educativo, essa concepção de unilateralidade deve ser rompida em todas as disciplinas em especial na educação física. Afinal, ela deve comprometer-se pedagogicamente com a formação omnilateral do estudante.

Como ressaltam, Santos e Zaffalon Junior (2007) ao ressaltarem a concepção de educação física no Ensino Médio Integrado.

A Educação Física nesta concepção é entendida como uma disciplina que trata do jogo, da ginástica, do esporte, da dança, da capoeira, e de outras temáticas como sendo um conhecimento da cultura corporal de movimento, e esta cultura corporal compreendida como o conjunto de atividades culturalmente produzidas pelo homem e historicamente situadas (SANTOS; ZAFFALON JUNIOR, 2007, p. 37).

Os autores afirmam que a partir dos conteúdos da disciplina o aluno será capaz de se desenvolver e atuar no mundo que o circula de modo a transformá-lo de forma positiva e significativa, mas para que isso aconteça, faz-se necessário que as ações metodológicas tenham compromisso com o desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas dimensões.

Como respostas a esse questionamento, os alunos na sua grande maioria afirmam que a SD, tinham a preocupação com o desenvolvimento integral dos alunos, visto que percebiam nas atividades teóricas e práticas a constante

preocupação com o desenvolvimento do ser humano em diferentes aspectos que ultrapassava o motor. Como afirmou o P 1: “Sim, pois explora as individualidades do corpo motor, social e emocional de maneira assertiva”. Observa-se que o participante ao refere-se ao seu corpo o percebe como um ser imbuído de motricidade, mas acima de tudo com um corpo social, cheio de historicidade e emocional capaz de ser transformado e transformar o mundo que o rodeia.

Nesse mesmo sentido P 3 colabora afirmando que: “Sim conseguimos ver as dificuldades de todos e perceber que precisamos ser aceitos do jeito que somos’, a fala aqui expõe como a SD ultrapassou o aspecto motor propiciando aos participantes o colocar-se na pele do outro, ou seja, que ele desenvolve-se a sua empatia, a qual para Batson, o fenômeno da empatia implicaria em altruísmo.

Batson é autor da hipótese empatia-altruísmo, segundo a qual a empatia gera uma preocupação pelos demais, uma compaixão pelo sofrimento alheio, uma vontade de ajudar. Sua definição, que adotaremos aqui, é de que empatia é mobilização para o outro (BATSON, 1991), o que em nossa compreensão pode ser entendida como uma característica fundamental para uma sociedade inclusiva.

Por fim, deixamos o relato do participante 6 que nos faz uma alerta “Sim, pois, vimos muito ao longo das aulas todas essas 3 questões foram abordadas, a física, por ser aparentemente a que mais nos movimentamos, mas entendo que todas estão interligadas.”, ao colocar dessa maneira fica evidente que o produto embora tenha sido avaliado de forma positiva neste primeiro item, ainda temos muito a trabalhar dentro da disciplina, para que abranja todos os campos.

Nesse segundo questionamento feito aos docentes, foi analisado como a SD contribui para o desenvolvimento específico do conteúdo factual, o qual segundo o próprio autor trata-se

do conhecimento de fatos, acontecimentos, situações, dados e fenômenos concretos e singulares: a idade de uma pessoa a conquista de um território, a localização ou altura de uma montanha, os nomes, os códigos, os axiomas, um fato determinado num determinado momento, etc.” Por muitas vezes esse conteúdo tem caráter arbitrário, portanto não necessitam de uma compreensão, aprende-se pela cópia e memorização. (ZABALA, 2010, p.41),

Essa pergunta nos parece coerente, dentre outros motivos, por romper com a ideia errônea que a educação física trata-se apenas de um momento de lazer ou da prática pela prática. Esse questionamento permite que ao mesmo tempo que analisemos a compreensão sobre aprendizagem dos participantes sobre conteúdos

factuais, reformamos a disciplina como ciências e seu caráter interdisciplinar.

A obra “Como ensinar” de ZABALA (2010) nos apresenta uma classificação dos tipos de conhecimentos que devem ser desenvolvidos pela escola: conteúdos factuais, procedimentais e atitudinais. Essa tipologia serviu de fundamentação teórica para o desenvolvimento dessa SD, por acreditar que a partir dessa concepção é possível contribuir com a formação integral e romper com o dualismo educacional, característica marcante do processo de ensino no capitalismo.

Foi questionada, aos participantes, se a participação na realização da SD lhes ajudou a esclarecer ou reforçou conceitos de Exclusão, Segregação, Integração, Inclusão e Capacitismo. As respostas foram sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro- 06 – Respostas da questão A participação na realização da SD lhe ajudou a esclarecer ou reforçou conceitos de Exclusão, Segregação, Integração, Inclusão e Capacitismo?

Participante 10	Reforçou já que tinha um certo conhecimento sobre a temática
Participante 11	Ajudaram bastante, pois antes tinha alguns conceitos que como integração e inclusão como sinônimo e a partir das aulas ficou clara a diferença.
Participante 12	Ajudou bastante pela reflexão sobre esses temas.
Participante 13	Os conceitos foram muito bem trabalhados tanto pela dinâmica como pela explicação oral, o que fez com que pudesse tirar minhas dúvidas sobre as definições.
Participante 13	A dinâmica para conceituar cada um dos termos permitiu que os alunos pudessem falar, e expressar suas opiniões, dando exemplos sobre como cada conceito acontece no dia-dia, o que foi muito bom para tirarmos todas as dúvidas.
Participante 14	Sim, foi esclarecedor a definição de cada conceito.
Participante 15	Sim, foi muito bom pois esses conceitos foram esclarecidos, em minha mente, pois tinha muitas dúvidas sobre eles, principalmente sobre capacitismo.

Fonte: a própria autora

Nas respostas dos participantes ficam evidentes que há, por parte deles, um

desconhecimento dos conceitos, principalmente o capacitismo, que em um primeiro momento foi compreendido de forma deturpada pelos participantes como algo positivo, e não como uma forma preconceituosa. Cabe ressaltar que o termo ter sido usado como a tradução da palavra inglesa *ableism*, que expressa na verdade “discriminação por motivo de deficiência” (DIAS, 2014, p. 5). Logicamente essa percepção equivocada dos docentes ao analisarem a palavra apenas evidencia a fragilidade no debate sobre inclusão na própria sociedade, embora em um primeiro instante essa constatação fica evidente e nos alegra saber que a SD foi capaz de ajudar aos participantes a ampliarem seus conhecimentos teóricos sobre os temas, mas principalmente esse conceito teórico foi ampliado a partir de discussões entre professor e alunos para o seu cotidiano. Dessa forma, tornando o conteúdo e as definições algo significativo, prático e reflexivo para os docentes.

Sobre essa educação reflexiva e capaz de mudar o homem e o próprio mundo, recorreremos “para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar ou melhor dito: a quem queremos ajudar educar-se” (FREIRE, 1980, p.33-34).

Outro ponto discutido com a sequência didática foi: Como a SD permite a contribuição por parte dos participantes de forma ativa e autônoma? Para análise deste item primeiramente recorreremos a Marx e Engels, (2007) os quais preconizam toda vida social deve refletir-se na prática e deve ser representação da ação coletiva, com isso é coerente afirmar que uma mudança social realmente eficaz somente acontecerá com a participação de todos.

No ambiente escolar essa participação de todos deve manifestar-se pela ação conjunta de todos os agentes. Não é viável querer mudar uma educação que se propõe a minimizar ou solucionar um problema social, mas pode ter suas ações metodológicas centradas no professor, a qual Freire chama de educação bancária, na qual o aluno é visto como um recipiente de conhecimento, tornando-se um ser passivo.

A proposta da SD é justamente o inverso: é conhecer o aluno como construtor, como ator de seu próprio conhecimento e com autonomia para contribuir com todo o processo formativo, afinal, como afirma Sousa (2022, p. 94) “a capacidade humana de agir sobre o meio e transformá-lo de forma consciente é o que nos faz humanos”. Torna-se coerente a teoria do autor, pois pensar uma

educação voltada à mudança social deveria ser uma das premissas de qualquer ação docente comprometida com a mudança social. Sendo assim, foi questionado aos participantes: durante a realização da SD você percebeu oportunidades reais para contribuir de forma ativa e com autonomia?

Sobre essa temática o P 12 afirma que: “Sim, sobretudo, nas aulas práticas”. Outro afirma “sim, principalmente pela integração e diálogo da turma”, colaborando com o que foi dito antes o P 20 , o qual colabora com a seguinte resposta “existiram diversas oportunidades e muitas maneiras”, fica ainda mais visível essa busca pela interação e autonomia dos alunos. Na fala do P17 “Sim, alguns alunos propuseram ideias para melhorar a inclusão nas aulas de educação física, mesmo que algumas já existissem”.

Verifica-se, ao analisarmos as falas dos discentes, que o produto cumpriu seu papel de oportunizar o protagonismo de ideias e ações em diferentes momentos para os alunos e assim eles poderem torna-se atores de seu conhecimento. Sobre essa questão Oliveira (2014) enfatiza que o aluno precisa ser visto como “[...] seres ativos e responsáveis pela construção dos seus conhecimentos” (p.27). Desse modo, o estudante é incumbido de junto com seu professor construir os conhecimentos juntos, o que desenvolverá neles sua autonomia, criticidade e participação dentro e fora do ambiente escolar.

No que tange ao processo de inclusão temas como empatia, respeito e compreensão são de suma importância para seu desenvolvimento efetivo. O conceito de empatia, como conhecemos hoje, introduzido a partir do termo “Einfühlung” – sentir dentro, sentir em- criado pelo filósofo alemão Robert Vischer (1847- 1933), o que pode-se entender como a busca de compreender o que o outro sente e procura compreender e ajudar a superar. Acredita-se, diante disso, que é pertinente investigar se a SD estimula essa atitude, promovendo assim o desenvolvimento de outro tipo de conteúdo citado por Zabala, o atitudinal, definido pelo autor como o conteúdo que “engloba valores, normas e atitudes” (ZABALA, 1998, p.43).

Toda a turma afirmou que a SD favoreceu a prática da empatia, a busca pelo respeito e a cooperação entre todos, atendendo ao objetivo de desenvolver, por meio da teoria e da prática, todas as competências socioemocionais, e indo de encontro aos conteúdos atitudinais e procedimentais desenvolvidos por Zabala (1998).

Dentre as metodologias citadas que contribuíram para isso foram citados os vídeos, os diálogos e principalmente as práticas de esportes adaptados. Como afirma o P 7 na sua fala:

“Sim e em diferentes momentos como nas brincadeiras, vídeos e conversas em grupo”. A participante acrescenta ainda: “Sim, muito bem trabalhadas nas aulas práticas.” Ainda tivemos relatos reafirmando: “O uso de dinâmicas ajudaram nesse desenvolvimento”, “em vários momentos de diferentes maneiras”, ou ainda “sim principalmente na ação”. Observa-se que os conteúdos atitudinais e procedimentais foram trabalhados e conseguiram despertar o senso de empatia, colaboração nos participantes.

Outro ponto importante abordado nesse processo avaliativo foi sobre como a SD poderia contribuir para inclusão na disciplina de educação física, o que nos motiva a esse questionamento são as diferentes concepções que predominaram na história da disciplina marcada por processos metodológicos excludentes por priorizarem a busca por corpos perfeitos, como afirma Darido que a perspectiva esportivista, também denominada de tradicional, tecnicista, competitivista, e até mecanicista, se constituiu em uma visão predominante da educação física nas décadas de 1970, 1980 e 1990, e não podemos negar que ela é ainda bastante presente nos dias atuais. (DARIDO, 2012, p. 21)

Sabe-se que essa perspectiva de ensino ainda é muito forte no ambiente escolar, logo, se o intuito do nosso trabalho é contribuir com o processo de formação humana voltada para inclusão de todos, em especial aos alunos com deficiência, a busca por movimento e corpos perfeitos não se configura o caminho a ser trilhado, o que se deve buscar é uma educação física que acolha e não escolha.

A esse questionamento os participantes responderam em sua totalidade que sim, pois viam nas metodologias, dinâmicas, atividades práticas e recursos didáticos (textos, vídeos e imagens) que contribuíram de forma positiva para a reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos com ou sem deficiências no cotidiano, além de possibilitar que a sugestão de ações simples, porém necessárias, sirvam para facilitar a inclusão dentro das aulas de educação física e na própria sociedade.

As falas posteriores corroboram essa tese, a exemplo da P 10: “Sim, pois vivenciamos situações através de jogos e brincadeiras adaptadas que alunos com diferentes deficiências seriam capazes de fazer”. Outro participante afirma “Com certeza, pois as aulas contribuíram muito para discutirmos o tema”, “ Com certeza, pois toda dinâmica das aulas forma muito importante para inclusão de todos”.

Através das falas dos participantes fica evidente que as aulas de educação física podem e devem assumir esse papel acolhedor de todos, garantindo assim o direito à educação de todos, como reforça Pontes, a atividades física é um direito inegociável do ser humano. (PONTES, 2024)

Foi questionado ainda se a SD poderia ser aplicada em outras escolas e se poderia contribuir na formação de outros alunos, essa interrogação justifica-se, afinal uma das características dos Mestrados Profissionais é construção de um produto educacional capaz de contribuir com os processos formativos de alunos como enfatiza BRASIL (2019)

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. a dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019a, p. 15).

Assim, torna-se coerente investigarmos se os participantes, os quais vivenciaram as etapas da SD e ajudaram a desenvolver o produto avaliem sua aplicabilidade em outras realidades.

Quadro 07: a SD poderia ser aplicada em outras escolas e se poderia contribuir na formação de outros alunos

Participante	Resposta
Participante 01	Sim, acredito que esse projeto é de extrema importância e ajudaria muitas escolas.
Participante 02	Sim, se isso for divulgado ajudará bastante outros alunos.
Participante 03	Sim e ajudará a expandir o conhecimento sobre inclusão
Participante 04	Sim e iria conscientizar as pessoas a terem mais empatia com o próximo.
Participante 05	Sim, muitos alunos não percebem a dificuldade dos outros e acabam excluindo-os, mas com essas atividades poderiam refletir um pouco mais e se torna uma pessoa melhor.
Participante 06	Sim, todas as escolas deveriam ter pelo menos uma formação voltada para inclusão, pois assim poderíamos ter uma sociedade melhor.
Participante 07	Sim, pode contribuir de forma positiva com outras escolas.

Participante 08	Sim, porque a SD poderia contribuir na formação de pessoas mais inclusiva.
Participante 09	Sim, principalmente com escolas que tenham alunos deficientes.

Fonte: o próprio autor

Ao refletirmos sobre as respostas dos participantes fica evidente que a nossa proposta metodológica poderá contribuir de forma positiva em outros ambientes, mostrando a nosso ver uma ferramenta pedagógica viável de ser adaptada e aplicada em outros contextos sociais, atendendo as exigências avaliativas de um produto educacional sugerido pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído no Seminário de Meio Termo (2019), que estabeleceu critérios avaliativos dos produtos educacionais sendo eles:

1. Aderência (critério obrigatório): O critério aderência se faz obrigatório para a validação de uma produção para o Programa de Pós-Graduação - PPG em avaliação, visto que os produtos deverão apresentar origens nas atividades oriundas das linhas de pesquisas/atuação e projetos vinculados a estas linhas. 2. Impacto: A avaliação deste critério está relacionada com as mudanças causadas pelo produto Técnico e Tecnológico no ambiente em que o mesmo está inserido. Para avaliar tal critério é importante entender o motivo de sua criação, onde a questão do demandante se torna de grande relevância, e também deve estar claro qual o foco de aplicação do produto, permitindo assim avaliar em qual(is) área(s) as mudanças poderão ser percebidas. 3. Aplicabilidade: O critério aplicabilidade faz referência à facilidade com que se pode empregar o Produto a fim de atingir os objetivos específicos para os quais foi desenvolvida. Entende-se que uma produção que possua uma alta aplicabilidade, apresentará uma abrangência elevada, ou que poderá ser potencialmente elevada, incluindo possibilidades de replicabilidade como produção técnica. 4. Inovação: O conceito de inovação é muito amplo, mas em linhas gerais, pode-se definir como a ação ou ato de inovar, podendo ser uma modificação de algo já existente ou a criação de algo novo. 5. Complexidade: Pode ser entendida como uma propriedade associada à diversidade de atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos. (BRASIL, 2019b, p. 22- 25, grifos nossos)

Esses critérios estabelecidos pelo Grupo de Trabalho, a pedido da CAPES, servem de parâmetro para avaliações de Produtos educacionais. Ao analisarmos as falas dos participantes, pode-se afirmar que o presente produto atende ao item terceiro da aplicabilidade, pois se acredita se tratar de uma sequência didática objetiva e clara, que facilmente poderá ser aplicada em outras escolas, sendo feitas as devidas adequações para as diferentes realidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo investigar como a disciplina de Educação Física está contribuindo para promoção da inclusão na EPT na Escola Marta Maria Giffoni Acaraú — Ceará. Portanto, esperamos que juntamente com a sequência didática possa contribuir futuramente com a prática pedagógica de professores (as) de Educação Física que com responsabilidade e compromisso social, busquem conhecimentos para uma disciplina mais inclusiva, a partir da reflexão e criticidade, à luz da formação integral.

Logo, expressamos a necessidade de rompermos parcialmente com modelos poucos includentes, nos quais os alunos precisavam adapta-se ao mesmo método pedagógico e eram avaliados da mesma forma, em que, quem não se enquadra, estava fora dos padrões considerados aceitáveis e era encaminhado para a classe especial, para a escola especial ou, simplesmente, acabava desistindo de estudar, e que a escola se torne um espaço acima de tudo acolhedor e promotor da verdadeira inclusão.

Durante a pesquisa, buscou-se a participação dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a saber, professor e estudantes, os quais participaram de maneira ativa na identificação do problema. Através da metodologia da pesquisa, de natureza aplicada e caráter qualitativo, obteve-se dados que buscam responder aos questionamentos que impulsionaram desde o princípio este trabalho, bem como contribuir com diversas reflexões inerentes a este trabalho.

Os resultados foram baseados através da coleta dos instrumentos, como, questionários, entrevistas, assim como na percepção que se pode extrair dos participantes, alinhada às teorias que fundamentam a pesquisa. As respostas dos participantes foram analisadas a partir da perspectiva do método de análise de conteúdo de Bardin, na qual não se encontram respostas definitivas para o problema pesquisado, mas identificam-se diversos contextos que consequentemente irão despertar para a realização de novos estudos sobre o tema.

A partir do levantamento realizado, sobre a temática inclusão nas aulas de educação física, percebemos o quanto precisamos avançar para desmitificar esse tema, seja na sociedade, na escola e dentro da sala de aula. Os resultados evidenciam que ainda vivemos em uma sociedade excludente, onde as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, seja de caráter físico, mental ou social, ainda

buscam seu espaço de respeito, de reconhecimento, de ter voz ativa dentro destes ambientes.

A pesquisa mostrou que, apesar da inclusão ser uma temática bastante antiga, onde as pessoas, de acordo com a história, ao nascer com alguma deficiência, sofriam exclusões severas, chegando até a serem mortas por serem definidas como inúteis à sociedade. Podemos reconhecer que ao longo da história, esse público alcançou importantes conquistas na luta para serem incluídos na sociedade e mostrar que ser diferente não é ser inválido e que cada pessoa tem habilidades diferentes que apenas precisam de espaço para que possam mostrar seus valores.

Portanto, as pessoas com deficiências devem ter acesso à educação de qualidade, a esporte, a participação no mundo do trabalho, e que podem contribuir para uma sociedade que seja mais acolhedora sem discriminação. Essas conquistas são frutos de lutas das pessoas com deficiências, que precisam a todo momento estar provando que são capazes e que são importantes em todos os setores da nossa sociedade.

Os resultados da pesquisa apontam que o grande problema da inclusão da pessoa com deficiência hoje, ainda são os preconceitos e a falta de conhecimento sobre a Lei que ampara a todos, em que seus direitos e deveres são previstos e precisam ser respeitados, para que possam ter uma condição de vida igual às pessoas que se intitulam “normais”. Outro ponto que chama atenção nos resultados da pesquisa é que a escola, enquanto instituição e toda a comunidade escolar, precisa conhecer e exercer uma melhor condição para receber e trabalhar com pessoas que apresentem qualquer tipo de deficiência.

Podemos citar como ferramentas necessárias nas escolas para melhor atendê-los: uma boa estrutura física, para que qualquer público possa se locomover adequadamente, capacitações para todo o corpo docente da escola, assim como, palestras frequentes de conscientização a todos os alunos e comunidade escolar em geral, a fim de oportunizar capacitação e erradicar qualquer natureza de discriminação. Tornando-se, assim, fundamental essas questões e que a instituição faça uma avaliação crítica das ações que podem ser tratadas no âmbito escolar de ensino e aprendizagem. Tais ações devem incidir diretamente sobre formação humana integral dos estudantes.

A participação da escola no debate sobre a inclusão da pessoa com

deficiência, ainda se mostra insuficiente, necessitando que essa temática seja trabalhada e difundida assiduamente dentro das escolas. É necessário rever o modelo de ensino e aprendizagem, assim como revisar o currículo, adequando sempre o conteúdo trabalhado, fazendo-se necessário perceber a importância da temática inclusão no ambiente escolar.

Assim, se faz necessário a compreensão daqueles que sistematizam as ações pedagógicas, os professores. Segundo eles, a importância da aplicação de práticas inclusivas na sala de aula são necessárias para uma formação integral, uma vez que estas rompem com as barreiras limitadoras enfrentadas pelos alunos no dia a dia da sala de aula e na disciplina, essas ações abrirão espaços para uma educação física mais inclusiva, em que se busca uma participação mais ativa e efetiva dos estudantes.

Para que ocorra quando uma educação humana integral, é necessário que exista uma formação mais significativa, porém, na sua prática no contexto de ensino e aprendizagem apresentam diversas barreiras. Entre as barreiras apontadas pelo professor estão: a deficiência na formação pedagógica docente, a falta de espaços adequados no âmbito escolar, a falta de planejamento interdisciplinar e entre os setores que compõe a escola, para que possam ofertar uma escola de caráter mais inclusivo e igualitário, onde possa se ofertar uma educação de qualidade voltada para todos.

Esses fatores mostram a necessidade de se investir em formação docente e se pensar em uma formação também para os discentes, que vá para além da transmissão de conteúdo, ainda trazendo resquícios de uma educação tradicional, mas que evidencie a luta e a busca por uma escola mais inclusiva, com ações que realmente possam fazer com que a escola e os estudantes reconheçam e percebam a necessidade de incluir a todos de forma natural, respeitando a diferença que cada um apresenta.

Através desse modelo de educação, acreditamos ser possível superar todos os limites não só da disciplina de educação física, mas de toda a escola, onde o estudante seja prioridade, esteja engajado em todas as demandas da escola, sendo um sujeito ativo, podendo participar, indagar, compreender e superar gradativamente suas dificuldades, podendo contribuir de forma efetiva em todo contexto escolar, social e que esteja inserido em uma realizada que despreza qualquer tipo de exclusão e a desigualdade.

Espera-se que o tema abordado nessa pesquisa de mestrado incentive a discussão que acomete a temática inclusão na escola e na disciplina de educação física na Educação Profissional e Tecnológica e que essa discussão possa estar em diversos contextos escolares, colabrando para o engrandecimento do estudo desse tema e que possa contribuir na formação humana e integral de nossa sociedade.

Por fim, deseja-se que o trabalho e o produto educacional gerado por meio dessa pesquisa possam contribuir para uma prática educativa mais inclusiva, integral, de caráter omnilateral, assim como, para a formação crítica e reflexiva de todos que participaram do processo de construção e daqueles que terão acesso a esse estudo futuramente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. A. DE .. **Sobre o princípio e a lei universal do Direito em Kant. *Kriterion***: Revista de Filosofia, v. 47, n. 114, p. 209–222, dez. 2006.
- ALMEIDA, M. A. B. D.; JUNIOR, D. D. R. Fenômeno Esporte: Relações com a Qualidade de Vida. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L., et al (Ed.). **QUALIDADE DE VIDA: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas SP: IPES, 2010. p.11-18.
- AMIRALIAN, M.L.T., PINTO, E.B., GIRAI, M.I.G., LICHTIG, Ilda., MISSINI, F.S., PASQUALIN, Luiz. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, vol. 34, nº 1, São Paulo, 2000.
- BALZANO, Otávio Nogueira. **O ensino do futebol na perspectiva colonial: desgastando a produção de sujeitos “pés de obra” – da formação na educação superior aos clubes esportivos**. Universidade La Salle, Canoas. São Paulo, p. 400. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIANCONI, E. de. C.; MUNSTER, M. de. A. V. Educação física e pessoas com deficiência: Considerações sobre as estratégias de inclusão no contexto escolar. **IX Congresso Nacional de Educação**, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCPR, 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 96 p.
- BRIGHENTE, Miriam Furlan e Mesquida, Peri Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições [online]**. 2016, v. 27, n. 1 [Acessado 2 Julho 2022] , pp. 155-177. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-7307201607909>>. ISSN 1980-6248. <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607909>.
- BRITO, Raull Felipe de Almeida; LIMA, João Franco. Educação Física adaptada e inclusão: Desafios encontrados pelos professores de Educação Física no trabalho com alunos com deficiência. **Revista Corpo, Movimento e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2012.
- BRITO, Raull Felipe de Almeida; LIMA, João Franco. Educação Física adaptada e inclusão: Desafios encontrados pelos professores de Educação Física no trabalho com alunos com deficiência. **Revista Corpo, Movimento e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2012.
- CARDOSO, Ana Paula. **Políticas de educação inclusiva em tempos de ideb: escolarização de alunos com deficiência na rede de ensino do município de Sobral - CE**. Fortaleza: UECE, 2011. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade

Estadual do Ceará.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP: 1988.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Ceará. **Orientações para o atendimento de estudantes público-alvo da educação especial**. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2022.

CRESWELL, John W. **Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad.: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAOLIO, J. Educação física e o conceito de cultura: polêmicas do nosso tempo. Autores Associados, 2018. 92.

DARIDO, S. C. Diferentes concepções sobre o papel da educação física na escola. **Cadernos de Formação: Conteúdos e Didática de Educação Física**, v. 1, p. 34-50, 2012.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação física na escola: realidade, aspectos legais e possibilidades. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-33, v. 16.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação física na escola: realidade, aspectos legais e possibilidades**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-33, v. 16.

DE CASTRO, V. G. **As atribuições da Educação Física escolar: um enfoque especial no Ensino Médio**. **Motrivivência**, v. 29, n. 52, p. 124-135, 2017.

DE MATOS, M. T.; VERDE, E. J. S. R.; CORRÊA, L. S. Educação Física e os Temas Transversais. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania**, Diversidade e Bem Estar-RECH, v. 4, n. 1, p. 382-402, 2019.

DE PAULA, A. S. D. N.; DA SILVA, A. L. F.; LIMA, K. R. R. Formação humana e Educação Física: proposições para além do conservadorismo. **Revista de Educação Popular**, v. 12, n. 2, p. 59-77, 2013.

DECLARAÇÃO DA GUATEMALA. Convenção interamericana para a eliminação de toda as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala, 1999. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-65.htm>. Acesso em 08 jun. 2022.

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 08 jun. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 09 jun 2022.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 1., 2013, São Paulo. Anais [...] São Paulo: USP, 2013. p. 1-14.

FALKENBACH, A. P.; BATTISTELI, G.; MEDEIROS, J.; APELLANIZ, A. A questão da integração e da inclusão nas aulas de educação física. **Revista Digital EFDesportes** – Buenos Aires, v. 11, n. 106, p. 1-11, 2007.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, Paulo. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980, p. 13-5

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/20594>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/20594>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

GONÇALVES, R. L. C. **A influência da dança nos sentimentos de afeto e emoção quando aplicada na aula de educação física escolar (Escola Fernando Costa Lins-SP)**. 2012. 46p. (Graduação). Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Lins SP.

GORGATTE, M. G.; JÚNIOR, D. R. Percepções dos Professores Quanto à Inclusão de Alunos com Deficiência em Aulas de Educação Física. **Revista Movimento**, v.

15, n. 02, p. 119-140, 2009.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. Atividade Física Adaptada. Barueri - Sp: Manole, 2005.

HENKEL, Q. M.; ILHA, P. V. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física: Sua Influência no Planejamento das Aulas nos Anos Iniciais**. Biomotriz, v. 10, n. 1, 2016.

HENRIQUE REGO GONÇALVES, C.; FIGUEIREDO DA SILVA, C. A. Educação Física que não escolhe, acolhe. **Movimento**, [S. l.], v. 29, p. e29003, 2023. DOI: 10.22456/1982-8918.124789. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/124789>. Acesso em: 7 fev. 202

IFAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023. Macapá AP**, 2019. Disponível em: http://portal.ifap.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=edit&id=833 >. Acesso em: 22 Maio 2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

LACERDA, F.B.C. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n° 69, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. Ed. – 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

Lima, A. O. M. N. (2005). **Breve histórico da psicologia escolar no Brasil**. Psicologia Argumento, 23(42), 17-23.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

MALULY, C.; JUNIOR, W. L. A Organização e as Bases Pedagógicas das Reformas Capanema do Ensino Técnico Profissional no Brasil (1931-1946). In: JUNIOR, W. L.; URBANETZ, S. T., et al (Ed.). **Educação profissional e tecnológica**. Curitiba PR: Editora IFPR, 2018. p.51-72.

MANACORDA, M. A. **Marx e a formação do homem**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 6–15, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639891. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639891>. Acesso em: 6 mar. 2023.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1968), **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, Escriba.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Mendes, Rio de Janeiro, 2004

MELO, V.L.R.F., MARTINS, R.A.L. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral nas classes regulares: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, 2007.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 3). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Trabalho-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 3). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Trabalho-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

NASCIMENTO, K. F. et al. Educação física escolar na base nacional comum curricular: uma proposta de abordagem pedagógica. In: FERREIRA, H. S. (Ed.). **Abordagens da educação física escolar: da teoria à prática**. Fortaleza CE: EduECE, 2019. p.236-254.

NEIRA, Marcos; SOUZA JUNIOR, Marcílio. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, 2016.

NUNES, Débora Regina de Paula. **Educação inclusiva** / Débora Regina de Paula Nunes. – Natal: EDUFRN, 2013. Natal: EDUFRN, 2013.

OCE, F.; SIMIM, M. A. DE M.; MELLO, M. T. DE .. A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física?. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 15, n. 3, p. 174–178, maio 2009.

OLIVEIRA, F.F. Dialogando sobre educação, Educação Física e Inclusão escolar. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 8, nº 51, 2002.

OLIVEIRA, L. A. Métodos de ensino de inglês: teorias, práticas, ideologias. São Paulo: Parábola Editorial, 201

PALLA, A. C.; CASTRO, E. M. Atitudes de professores e estudantes de educação física em relação ao ensino de alunos com deficiência em ambientes inclusivos. **Revista da Sobama**, v. 9, n. 1, p. 25-34, 2014.

PALMA, L. E.; LEHNHARD, G. R. Aulas de educação física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 115-126, 2012.

Pandini, S. (2006). A Escola de aprendizes artífices do Paraná: “viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928). **Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, Brasil.

PANDINI, S. **Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná: “Viveiro de Homens Aptos e Úteis”**. (1910-1928). 2006. 147p. (Mestrado). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba PR.

Papirus, São Paulo, 1988. CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. 1. ed. Uberlândia: Ed. Santana, 1997.

Paulo (2013): FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PAULON, Simone Mainieri **Documento subsidiário da política de inclusão**\\ Simone Mainieri Paulon Lia Beatriz de Lucca . Freitas, Gerson Smiech Pinho – Brasília : Ministério da Educação , Secretaria de Educação Especial, 2005. 48p

PERRENOUD, P. Pedagogia diferenciada: das intenções a ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINTO, A. G. A. et al. Abordagem saúde renovada: proposições didáticas para a educação física no contexto escolar. In: FERREIRA, H. S. (Ed.). **Abordagens da educação física escolar: da teoria à prática**. Fortaleza CE: EdUECE, 2019. p.199-220.

PLOTEGHET, C. B.; KHATIB, U. E. Inclusão escolar: ilusão ou realidade? **Revista Âmbito Jurídico**, v. 2, n. 2, p. 227-235, 2010.

PRADO, A. M. C. C. do; MAROSTEGA, V. L. A inclusão do portador de necessidades especiais em âmbito social e escolar. **Revista Educação Especial**, [S. l.], p. 05–12, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5196>. Acesso em: 2 jul. 2022.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional** Curitiba PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. 121p

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao do ensino medio integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao%20do%20ensino%20medio%20integrado5.pdf) . Acesso: 15/10/2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

ROSA, R. B. **Educação Física adaptada e inclusão no meio escolar**. **Portal Educação**, 2014. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao-fisica/artigos/56404/educacao-fisica-adaptada-e-inclusao-no-meio-escolar>. Acesso em: 30 de março de 2022.

SALOMÃO, M. A. V. Do fragmentado ao pleno: o corpo e a educação física escolar. In: NETO, A. S. e FORTUNATO, I. (Ed.). **Contribuições da Educação Física Escolar à Prática Transversal**. Curitiba PR: EDITORA CRV, v.6, 2016. p.35-46.

SANTIAGO, F. A. G.; SILVA, M. C. P. A Escola Técnica de Salvador e o Jornal Escolar O Aprendiz: Memórias e Histórias. In: OLIVEIRA, J. R. D.; RAMOS, T. O., et al (Ed.). **Memórias, educação e produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia** (IFBA). Salvador BA: Editora do Instituto Federal da Bahia, 2017. p.24 - 50.

SANTOS, D. P. Cap. 2 - O cultivo do conhecimento ético, a formação de professores e sua praxis na educação profissional e tecnológica (EPT). In: MOTA, K. R.; PEREIRA, L. L. S., et al (Ed.). **A Formação Docente e a Educação Profissional e Tecnológica: Pesquisas em Foco: Paco Editorial**, 2018.

SANTOS, M. A. R.; BRANDÃO, P. P. Base Nacional Comum Curricular e currículo da Educação Física: qual o lugar da Diversidade cultural? **Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 105-118, 2018.

SANTOS, R. M. B. **Entre a ordem e o progresso: a Escola de aprendizes artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937)**. João Pessoa PB: IFPB: 310 p. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, D. Marxismo, educação e pedagogia. In: SAVIANI, D; & DUARTE, N. Pedagogia Histórico - Crítica e luta de classes na educação escolar. Autores Associados, Campinas - SP, 2012.

SAVIANI, D. SOBRE A NATUREZA E ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 286–293, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.13575. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>. Acesso em: 2 jul. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, PUC-Campinas (Campinas/SP), n. 24, p. 7-16, junho, 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/108>. Acesso em: 24 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–18, 2020. DOI:10.18593/r.v45i0.21512. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512>. Acesso em: 23 maio 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade Estadual de Campinas (Campinas/SP), v. 12, p. 152-180, nº 34, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

SAYÃO, M. N. Educação Física na Educação Profissional: Sentidos em Disputa. **Arquivos em Movimento**, v. 15, n. 1, p. 283-297, 2019.

SILVA, E. M.; FRAGA, A. B. A história da Educação Física na educação profissional: entrada, saída e retorno à Escola Federal de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 2, 2014.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo SP: Cortez Editora, 2013. 87p.

SOARES, E. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. **Lecturas: Educación física y deportes**, n. 169, p. 3-5, 2012.

SORATO, Maurício; HUF, Tânia e MIRANDA, Simone. **A importância da educação física escolar**. 2009. Disponível em: . Acesso em 20 maio 2022.

SOUTO, M. S. M. Lopes. **Apostila de Engenharia de métodos**. Curso de especialização em Engenharia de Produção – UFPB. João Pessoa. 2002

SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. **Como entender e aplicar à nova LDB: lei nº 9.364/96**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STRAPASSON, A. M.; CARNIEL, F. A Educação Física na Educação Especial. **Revista Digital EFDesportes** - Buenos Aires, v. 11, n. 104, p. 1-8, 2007.

TAJRA, S. F. Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. São Paulo: Érica, 2001.

TEIXEIRA, T. N. A. Memórias das práticas escolares de educação física no curso de magistério do Instituto de Educação Assis Brasil (Pelotas/RS, década de 1970). 2018. 125p. (Mestrado). **Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas RS.

THIOLLEN, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. DOI: 10.1590/S1517-97022005000300009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27989>. Acesso em: 28 mar. 2022.

VASCONCELOS, A. L. **As dimensões sociais do esporte na cobertura jornalística esportiva do Correio Braziliense**. 2007. 35p. (Graduação). Centro Universitário de Brasília, Brasília DF.

ZABALA, A. **A prática educativa, como ensinar**. Artmed: Porto Alegre. Ed. 2010

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998

APÊNCICES

APÊNCICE A
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: uma proposta de sequência didática para o curso de massoterapia da Escola Profissional Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú-CE

Pesquisador responsável: Francisca Raquel da Costa

Instituição/Departamento/Curso: IFPI/DCHL/História

Telefone para contato do pesquisador: (86) 99914-1237

Local da coleta de dados: Escola Profissional Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú-CE

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de Entrevistas Semiestruturadas e principalmente pela análise dos discursos e avaliações da sequência didática tanto durante sua aplicação quanto sua entrevista avaliativa. Para entrevista inicial e final serão utilizadas 06 perguntas que serão respondidas em encontros entre pesquisador/entrevistador na Escola Profissional Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú-CE em encontros previamente marcados.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a guarda do pesquisador responsável, **Francisca Raquel da Costa** por um período de 5 anos. Após este período, os dados serão destruídos.

Parnaíba-PI, 28 de Outubro de 2023 .



Assinatura do Pesquisador Responsável

Francisca Raquel da Costa

CPF: 832 527 383 - 68



Assinatura do Colaborador

Maria Fabíola de Moraes

CPF: 755.738.733-3

APÊNCICE B

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO -TALE

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: uma proposta de sequencia didática para o curso de massoterapia da Escola Profissional Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú-CE”, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Raquel da Costa. O projeto tem como objetivo Investigar como a disciplina de Educação Física está contribuindo para promoção da inclusão na EPT na Escola Marta Maria Giffoni Acaraú — Ceará, conforme estabelece o item IV.3.a da Resolução CNS Nº 466/2012.

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação se dará por meio da realização de uma entrevista semi-estruturada aplicada no início e no fim do processo e principalmente pela participação na aplicação da sequencia didática com duração de 05 encontros de aproximadamente 50 minutos cada. Será solicitada a autorização para gravação da sua fala e registro fotográfico, preservando a sua confidencialidade por meio de codinomes, a fim de assegurar a proteção da sua imagem, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Estas precauções visam minimizar riscos decorrentes da sua participação na pesquisa.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa podem ser: o constrangimento em relatar suas vivências, um possível sentimento de invasão de privacidade; a resposta a questões que podem ser interpretadas como sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar seu tempo ao responder a entrevista, além de sentir envergonhado na realização das reflexões e atividades propostas durante o desenvolvimento da sequência didática.

As estratégias para minimização destes riscos são: a garantia de confidencialidade durante todo o processo a partir do uso de codinomes ou códigos para identificar as transcrições durante as entrevistas; a abordagem cuidadosa durante as entrevistas e a realização dos encontros do desenvolvimento da sequência didática de modo a proporcionar aos participantes um ambiente seguro e confortável para sua efetiva participação, além da garantia de o participante poderá retirar-se da pesquisa a qualquer momento. Conforme estabelece o item IV.3.b da Resolução CNS Nº 466/2012.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá na construção de uma sequência

didática que busca um novo olhar sobre como a disciplina de educação física pode efetivamente contribuir com a reflexão e ações concretas para o processo de inclusão na sala de aula, além de acreditarmos que sua participação fará com que sua própria percepção sobre a temática possa ser ampliada e desta forma influenciar positivamente na sua formação cidadã. Desmitificando as crenças errôneas em torno dos conceitos e das limitações da pessoa com deficiência e ao mesmo tempo que promove a empatia entre não deficientes e deficientes por meio do desenvolvimento dos estudos teóricos e práticos propostos na sequência didática. Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a) (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.d)

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável (Resolução CNS Nº 466/2012 - item IV.3.e). Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2). Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.h, IV.4.c e V.7).

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com o pesquisador responsável **Francisca Raquel da Costa** pelo telefone/celular (86) 999141237 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail raquel.costa@ifpi.edu.br. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se mesmo assim as dúvidas persistirem, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; 3º andar do bloco 03, sala II – do lado Oeste; com atendimento ao público de segunda à sexta-feira das 8h às 12h, ou pelo e-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pelo(a) senhor(a)/ representante legal (se houver participante menor de idade), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____,
CPF _____ responsável legal pelo(a) aluno(a) _____
estou de acordo que ele (a) participe desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

Teresina-PI, ____/____/____

Assinatura do Responsável legal pelo Participante
CPF _____


Assinatura do Pesquisador Responsável
(86)99914-1237 E mail: raquel.costa@ifpi.edu.br

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: uma proposta de sequencia didática para o curso de massoterapia da Escola Profissional Tecnológica Marta Maria Giffoni de Sousa em Acaraú-CE”, sob a responsabilidade da pesquisadora Francisca Raquel da Costa. O projeto tem como objetivo Investigar como a disciplina de Educação Física está contribuindo para promoção da inclusão na EPT na Escola Marta Maria Giffoni Acaraú — Ceará, conforme estabelece o item IV.3.a da Resolução CNS Nº 466/2012.

Para a realização dessa pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante a assinatura desse documento que visa assegurar seus direitos como participante. Sua participação se dará por meio da realização de uma entrevista semi-estruturada aplicada no início e no fim do processo e principalmente pela participação na aplicação da sequencia didática com duração de 05 encontros de aproximadamente 50 minutos cada. Será solicitada a autorização para gravação da sua fala e registro fotográfico, preservando a sua confidencialidade por meio de codinomes, a fim de assegurar a proteção da sua imagem, garantindo a não utilização das informações em seu prejuízo, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Estas precauções visam minimizar riscos decorrentes da sua participação na pesquisa.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa podem ser: o constrangimento em relatar suas vivências, um possível sentimento de invasão de privacidade; a resposta a questões que podem ser interpretadas como sensíveis; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomar seu tempo ao responder a entrevista, além de sentir envergonhado na realização das reflexões e atividades propostas durante o desenvolvimento da sequência didática.

As estratégias para minimização destes riscos são: a garantia de confidencialidade durante todo o processo a partir do uso de codinomes ou códigos para identificar as transcrições durante as entrevistas; a abordagem cuidadosa durante as entrevistas e a realização dos encontros do desenvolvimento da sequência didática de modo a proporcionar aos participantes um ambiente seguro e confortável para sua efetiva participação, além da garantia de o participante poderá retirar-se da pesquisa a qualquer momento. Conforme estabelece o item IV.3.b da Resolução CNS Nº 466/2012.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá na construção de uma sequência didática que busca um novo olhar sobre como a disciplina de educação física pode efetivamente pode contribuir com a reflexão e ações concretas para o processo de inclusão na sala de aula, além de acreditarmos que sua participação fará com que sua própria percepção sobre a temática possa ser ampliada e desta forma influenciar positivamente na sua formação cidadã. Desmitificando as crenças errôneas em torno dos conceitos e das limitações da pessoa com deficiência e ao mesmo tempo que promove a empatia entre não deficientes e deficientes por meio do desenvolvimento dos estudos teóricos e práticos propostos na sequência didática. Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a) (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.d)

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável (Resolução CNS Nº 466/2012 - item IV.3.e). Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2). Caso haja algum dano direto/indireto decorrente de sua participação, não sanado pelo responsável, o senhor(a) poderá buscar indenização por meio das vias legais vigentes no Brasil (Resolução CNS Nº 466/2012 - itens IV.3.h, IV.4.c e V.7).

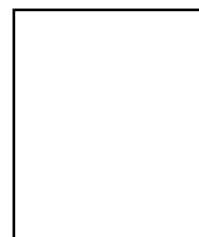
Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com o pesquisador responsável **Francisca Raquel da Costa** pelo telefone/celular (86) 999141237 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail raquel.costa@ifpi.edu.br. Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se mesmo assim as dúvidas persistirem, o senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPAr (CEP/UFDPAr), que é um colegiado interdisciplinar, independente, que acompanha, analisa e julga se as pesquisas científicas que envolvem seres humanos preservam a integridade e dignidade do participante da pesquisa, no seguinte endereço: Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Campus Ministro Reis Velloso; localizado na Av. São Sebastião, 2819, Bairro Reis Velloso, Parnaíba/PI; 3º andar do bloco 03, sala II – do lado Oeste; com atendimento ao público de segunda à sexta-feira das 8h às 12h, ou pelo e-mail: cep.ufdpar@ufpi.edu.br.

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pelo(a) senhor(a)/ representante legal (se houver participante menor de idade), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, (nome do participante), estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

Teresina-PI, ___/___/___



Assinatura do Participante
Contatos (celular/e-mail)

Francisca Raquel da Costa

(86)99914-1237

Email: raquel.costa@ifpi.edu.br

Assinatura do Pesquisador Responsável Contatos (celular/e-mail)

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

ENTREVISTA INICIAL- ALUNOS

1. Qual a sua compreensão sobre Inclusão?
2. Como você percebe o processo de inclusão nas aulas de Educação Física?
3. Você poderia apontar fatores que facilitam ou dificultam o processo de inclusão na escola?
4. Você consegue perceber nas aulas de Educação Física momentos ou atividades que favorecem a inclusão e a empatia com as pessoas deficientes?
5. Como a atividade física pode contribuir no processo de inclusão?
6. Qual seu conhecimento e vivência sobre esportes adaptados?



APÊNCICE E



ENTREVISTA- professor

1. Qual a sua compreensão sobre inclusão?
2. como você percebe o processo de inclusão na disciplina de Educação Física?
3. Você poderia apontar fatores que facilitam ou dificultam o processo de inclusão na escola?
4. Quasis ações pedagógicas e metodológicas você utiliza na sua prática docente que promovem a inclusão na disciplina de Educação Física?
5. Com que frequência você utiliza atividade física de caráter inclusivo nas aulas de Educação Física?

1. Na sua opinião a Sequencia Didática leva em consideração as características individuais dos alunos, como habilidades físicas, emocionais e cognitivas?
2. A participação na realização da SD lhe ajudou a esclarecer ou reforçar conceitos como: exclusão, segregação, integração, inclusão e capacitismo?
3. Durante a realização da SD você percebeu oportunidades reais para que voce pudesse contribuir de forma ativa com idéias e conceitos?
4. São abordadas questões de respeito, empatia e compreensão das diferenças no decorrer da SD?
5. Na sua opinião a sequencia didática pode efetivamente contribuir de forma positiva com o processo formativo no que diz respeito a inclusão? Justifique
6. Voce acredita que esta SD se realizada em outras escolas pode contribuir de forma positiva com o processo formativo no que diz respeito ao processo de inclusão? Justifique.
7. Na execução da SD há oportunidades para a participação ativa dos alunos no proceso de aprendizagem, atendendo as diferentes habilidades e interessses dos alunos? Justifique.